



02 DE JUNHO DE 2017

Sexta-feira

- REFIS - PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL AVANÇA 0,6% NO MELHOR ABRIL DESDE 2013
- PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL SOBE 1,5% EM ABRIL, DIZ IBGE
- INDÚSTRIA COMEÇA O 2º TRIMESTRE COM MAIS RETRAÇÃO NO NÍVEL DE ATIVIDADE
- EXPECTATIVA DE RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA É FRUSTRADA
- PARANÁ NEGOCIA R\$ 2 BILHÕES EM NOVOS INVESTIMENTOS
- ENTREVISTA: CORTAR INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO É DAR TIRO NO PÉ, DIZ PROFESSOR DA INSEAD
- EMPRESÁRIOS CRITICAM ALTA DO ICMS DOS COMBUSTÍVEIS
- REFIS ESTÁ AQUÉM DAS EXPECTATIVAS DA INDÚSTRIA
- PESSOAS FÍSICAS E EMPRESAS: COM DESCONTOS, NOVA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS COM UNIÃO VAI ATÉ AGOSTO
- 70% DAS EMPRESAS NÃO CONSEGUEM SE LIVRAR DE PROBLEMAS FISCAIS
- EXPORTAÇÕES CRECEM COM MELHORA NOS PREÇOS INTERNACIONAIS, DIZ MDIC
- CENÁRIO GLOBAL AJUDA DESEMPENHO DO PIB DO PAÍS
- SUPERÁVIT DA BALANÇA EM MAIO FOI DE US\$ 7,661 BI, MELHOR DADO MENSAL DA SÉRIE
- MEIRELLES COMEMORA FIM DA RECESSÃO MAS DIZ QUE RETOMADA NÃO É UMA LINHA RETA
- FIM DA RECESSÃO ECONÔMICA OCORRERÁ COM O AVANÇO DAS REFORMAS, AVALIA CNI
- 'É MUITO CEDO PARA DECRETAR O FIM DA RECESSÃO'
- FIM DA RECESSÃO NÃO ESTÁ NO HORIZONTE DE ECONOMISTAS

- PARA ECONOMISTAS, AINDA É CEDO PARA DECRETAR FIM DA RECESSÃO NO PAÍS
- DYOGO DIZ QUE BRASIL COMEÇA A ENXERGAR SINAIS DA RECUPERAÇÃO
- RECUPERAÇÃO BRASILEIRA É FRÁGIL E SUJEITA A REVESES
- PIB DO 1º TRIMESTRE MOSTRA QUE ECONOMIA COMEÇA A MELHORAR, DIZ DELFIM NETTO
- CAE DEVE VOTAR NA TERÇA RELATÓRIO SOBRE REFORMA TRABALHISTA
- JUÍZES E ADVOGADOS DISPUTAM RETROATIVIDADE DE TERCEIRIZAÇÃO
- REFORMAS NÃO SÃO QUESTÃO POLÍTICA, MAS DE SOLVÊNCIA, DIZ SANTANDER
- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SERÃO FOCO DO BNDES
- BNDES NÃO CRIA INVESTIMENTOS, APENAS ATENDE À DEMANDA, DIZ PRESIDENTE
- VENDA TOTAL DE VEÍCULOS NOVOS CRESCE 16,77% EM MAIO, DIZ FENABRAVE
- MOTOS ANOTAM CRESCIMENTO DE 22,5% EM MAIO
- MARUN PREVÊ APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA CÂMARA ANTES DE 15 DE JULHO
- SEM ATUALIZAÇÃO, METADE DAS MONTADORAS VAI SUMIR EM 10 ANOS
- PESADOS AINDA TÊM QUEDA NAS VENDAS
- VENDAS DE VEÍCULOS VOLTAM AO AZUL
- AUDI ANUNCIA NOVO PLANO ESTRATÉGICO ATÉ 2020
- ITAIPU AMPLIA PRESENÇA DE VEÍCULOS ELÉTRICOS NO BRASIL
- ELÉTRICOS EM BREVE MAIS BARATOS
- EMPLACAMENTOS DE VEÍCULOS ATINGEM CRESCIMENTO DE 23,8% EM MAIO
- PRODUTOS NOVOS FAVORECEM EXPORTAÇÃO DA FCA
- IPC DA FIPE FECHA MAIO COM DEFLAÇÃO
- CEMIG COLOCA R\$ 6,6 BI EM ATIVOS À VENDA EM PLANO DE DESINVESTIMENTOS
- MUDANÇA NO ISS TRARÁ AUMENTO DE CUSTOS RELEVANTE AO SETOR DE CARTÕES
- CNI DEFENDE A INCLUSÃO DE TERMELÉTRICAS NA BASE DO SISTEMA ELÉTRICO
- MAIO TEM MAIOR SUPERÁVIT MENSAL DA HISTÓRIA
- FUTUROS DO MINÉRIO DE FERRO NA CHINA SE RECUPERAM APÓS SEIS DIAS DE QUEDAS

- **RECEITA DA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DO BRASIL CRESCE POUCO EM MAIO APESAR DE FORTES EMBARQUES**
- **PERSPECTIVA NEGATIVA DO PAÍS FOI POR RISCO POLÍTICO, DIZ MOODY'S**

CÂMBIO EM 02/06/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,240	3,241
Euro	3,651	3,653

Fonte: BACEN

REFIS - Programa Especial de Regularização Tributária

02/06/2017 – Fonte: A Santos Advogados Associados

Foi publicada no dia 31/05/2017, na edição extra do Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº. 783/2017 a respeito do novo Refis, instituindo o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Pelas regras do novo Refis, os contribuintes poderão liquidar débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Medida Provisória.

Há previsão de redução de multas, juros e encargos, bem como a possibilidade de amortização com saldos de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da CSLL ou outros créditos próprios relativos a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Importante destacar a possibilidade de adesão ao novo Refis por contribuintes pessoas físicas e jurídicas, inclusive aquelas que se encontrarem em recuperação judicial.

A adesão poderá ser feita mediante requerimento a ser efetuado até dia 31 de agosto de 2017 e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável.

Com a adesão ao programa, os contribuintes poderão parcelar seus débitos em diversas formas, com diferentes versões para débitos perante a Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Os atos necessários à execução dos procedimentos do PERT serão editados em até 30 dias.

Produção industrial avança 0,6% no melhor abril desde 2013

02/06/2017 – Fonte: Agência Brasil

A produção industrial brasileira fechou abril com crescimento de 0,6% frente a março. É o melhor resultado desde abril de 2013 quando a pesquisa registrou 0,9%. No entanto, o resultado acumulado nos primeiros quatro meses do ano é negativo: 0,7%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Brasil (PIM-PF), divulgados hoje, no Rio de Janeiro, e indicam que a alta de abril, na série livre de influências sazonais, elimina parte da queda de 1,3% verificada em março.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam, por outro lado, que quando comparado com abril de 2016 (série sem ajuste sazonal), o total da indústria apontou recuo de 4,5% em abril último, registrando a queda mais intensa nesta base de comparação desde os -7,5% de outubro do ano passado.

Com o recuo de 3,6% em abril de 2017, a taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, prosseguiu com a redução no ritmo de queda iniciada em junho do ano passado, quando a retração foi de 9,7%.

O crescimento de 0,6% anotado entre março e abril deste ano reflete, segundo o IBGE, expansão em três das quatro grandes categorias econômicas e em 13 dos 24 ramos da indústria pesquisados.

Produção de bens de capital sobe 1,5% em abril, diz IBGE

02/06/2017 – Fonte: Exame

No ano, houve crescimento de 1,9% na produção de bens de capital. No acumulado em 12 meses, a taxa ficou negativa em 1 2%



A produção da indústria de bens de capital avançou 1,5% em abril ante março, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com abril de 2016, o indicador mostrou queda de 5,5%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF).

No ano, houve crescimento de 1,9% na produção de bens de capital. No acumulado em 12 meses, a taxa ficou negativa em 1 2%.

Em relação aos bens de consumo, a pesquisa registrou queda de 0 4% na passagem de março para abril. Na comparação com abril de 2016, houve retração de 7,9%. No ano, a produção de bens de consumo caiu 0,8%. No acumulado em 12 meses, a queda é de 3,7%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, o mês de abril foi de avanço de 1,9% ante março e de 0,6% comparado a abril de 2016.

Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve recuo na produção de 0,8% em abril ante março, e queda de 9,8% na comparação com abril do ano passado.

Para os bens intermediários, o IBGE informou que o indicador teve avanço de 2,1% em abril ante março. Em relação a abril do ano passado, no entanto, foi registrada queda de 3%.

No ano, os bens intermediários acumularam queda de 1%%. Em 12 meses, houve redução de 3,8% na produção.

Média móvel trimestral

O índice de Média Móvel Trimestral da indústria apontou recuo de 0,2% em abril.

Revisões

Também no âmbito da PIM-PF, o IBGE revisou o dado da produção industrial do mês de março ante fevereiro de 2017. A queda passou de 1,8% para 1,3%.

Houve revisão ainda do resultado de janeiro ante dezembro de 2016, que saiu de -0,4% para -0,1%.

A taxa de produção de bens de capital de março ante fevereiro também foi revista, de -2,5% para -2,2%. E de dezembro para janeiro, de -4,3% para -4%.

O resultado dos bens intermediários de fevereiro ante janeiro passou de 0,5% para 0,2%. Na comparação de janeiro com dezembro, a revisão foi de 0,7% para 0 6%.

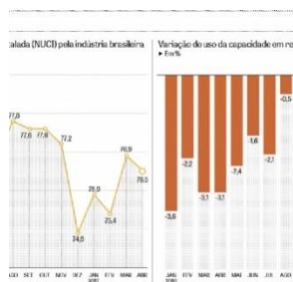
Entre os bens de consumo duráveis, a taxa com ajuste sazonal de março foi revista de -8,5% para -7,2%. A de fevereiro ante janeiro passou de 8% para 7,5% e a de janeiro ante dezembro, de -5,7% para -5,3%.

Na categoria de bens de consumo semi e não duráveis, a taxa de janeiro ante dezembro foi revista de 2,6% para 2,5%.

Indústria começa o 2º trimestre com mais retração no nível de atividade

02/06/2017 – Fonte: GS Notícias

O nível de utilização da capacidade instalada do setor caiu 0,5 ponto percentual na passagem de março para abril chegando a 76,7%. Sondagens de maio também sinalizam queda na produção



A indústria brasileira começou o segundo trimestre deste ano com queda no nível de atividade, deixando a retomada do setor para ainda mais tarde, avaliam especialistas.

O indicador de Utilização da Capacidade Instalada (UCI) da indústria caiu 0,5 ponto percentual para 76,7% na passagem de março para abril, conforme divulgou ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"O desempenho predominantemente negativo dos indicadores não só de utilização da capacidade, mas faturamento e emprego chamou a atenção em abril", afirma o economista da CNI, Marcelo Azevedo.

A menor utilização da capacidade industrial em abril anulou o aumento visto em março, quando atingiu 76,9%. Em abril do ano passado, a indústria brasileira usava 77,4% do parque total.

Para Azevedo, ainda não é possível traçar qual será o cenário da indústria neste trimestre, mas os números de maio devem ajudar a mostrar uma tendência. No entanto, ele entende que, o retorno das incertezas no campo político pode postergar a retomada industrial. "Mas não deve ser responsável por uma grande queda na atividade".

Já o economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito, conta que a retração era esperada, em parte, pelas características do ajuste fiscal em curso no País, que têm caráter recessivo.

"O empresário investe muito na capacidade pela perspectiva de demanda, que ainda está bastante baixa no País. Para ele, não importa tanto quem está no governo, mas se existem consumidores para o que ele produz", observa Perfeito.

O alto nível de aportes recebidos pelo setor industrial brasileiro até 2014, ressalta ele, ampliou de forma considerável a capacidade instalada no País, o que torna mais difícil retomar níveis adequados.

"Essa queda da UCI reforça a leitura de que o investimento tende a não vir para o Brasil, porque os juros mais baixos não resolvem sozinhos o problema de [atratividade] dos aportes", avalia o economista.

Demanda

Na avaliação da coordenadora da Sondagem da Indústria da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Tabi Thuler, o descasamento entre o nível de confiança dos empresários e a demanda ainda pode voltar a gerar acúmulo de estoques.

"A tendência para a indústria desde o final do ano passado tem sido de alta. Mas, em janeiro, a expectativa para a demanda foi frustrada e os estoques voltaram a ficar acima do ideal", lembra ela.

Apesar da frustração, foi a melhora da confiança que fez o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci), apurado pela FGV, saltar de 72,9% em dezembro para 74,6% em janeiro deste ano. "O Nuci tem oscilado em torno de 74% desde então por causa desse salto, porque nenhum aumento ou queda de uso da capacidade é tão rápido", ressalta Tabi.

O indicador de uso da capacidade industrial da FGV ficou em 74,7% de março a maio. As vendas ao mercado externo também chamaram a atenção na sondagem realizada em maio pela IHS Markit.

Segundo o levantamento, no mês passado, Índice Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês) da indústria em maio chegou a 52,0 pontos ante 50,1 pontos em abril. A alta refletiu uma recuperação dos pedidos. Segundo a consultoria, depois da queda registrada em abril, o volume de novos pedidos para exportação apresentou crescimento em maio.

"Muitos irão se perguntar até que ponto a recuperação pode chegar ao nos aproximarmos da metade de 2017.

Principalmente porque as reformas econômicas críticas poderão ser adiadas tendo em vista as alegações de corrupção envolvendo o presidente", destaca a economista da Markit, Pollyanna De Lima.

Expectativa de recuperação da indústria é frustrada

02/06/2017 – Fonte: Diário do Comércio

O faturamento da indústria mineira caiu, em dados dessazonalizados, pelo segundo mês seguido em abril. A receita do parque produtivo mineiro registrou queda de 2,5% na comparação com março.

Em relação ao mesmo mês do ano passado a retração foi de 7%. Os dados são da pesquisa Indicadores Industriais (Index), divulgada ontem pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

“A queda de faturamento aconteceu de maneira generalizada. Porém, essa retração não significa uma derrocada. Estamos observando que a queda vem se estabilizando e este é o primeiro passo para uma recuperação, que pode não se concretizar diante dos últimos acontecimentos políticos do País. Não tem como a política não interferir na economia”, afirmou o presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da Fiemg, Lincoln Gonçalves Fernandes.

Ele explicou que os “soluços” que a indústria vem demonstrando mês a mês, com leves altas sucedidas de quedas, frustrou a expectativa da Fiemg de traçar um gráfico indicando recuperação para o setor neste ano, mesmo com altos e baixos.

Sempre na comparação com o mês anterior, em janeiro a receita do parque mineiro aumentou 1,4%; em fevereiro, a alta foi de 4,7%; o faturamento caiu 0,6% em março e, em abril voltou a apresentar redução de 2,5%.

Com isso, no acumulado dos quatro primeiros meses de 2017, o faturamento da indústria de Minas registrou queda de 3,8% frente ao mesmo período de 2016. Nos últimos 12 meses, terminados em abril deste ano, a retração da receita já chega a 8,5%, com base nas informações da pesquisa da Fiemg.

Conforme o Index, o indicador de horas trabalhadas na produção da indústria mineira, que mede a produtividade do trabalhador no chão de fábrica, fechou abril com redução de 1,3% frente ao mês anterior e com queda de 5,1% em relação ao idêntico intervalo de 2016.

A massa salarial em abril aumentou 0,8% em relação a março e também avançou 1,6% em relação ao mesmo mês de 2016. Nos mesmos confrontos, o rendimento médio cresceu 0,5% e 9,3%, respectivamente, com base nas informações do Index.

A utilização da capacidade instalada do parque, cuja média histórica desde o início do período de recessão no País, em abril de 2014, é de 82,9%, fechou abril em 76,5%, praticamente estagnada na comparação com março. No acumulado do quadrimestre, o índice foi de 77%, 2,3 pontos percentuais abaixo do mesmo período de 2016 (79,3%).

A ociosidade da ordem de 23,5% na indústria mineira está vinculada a fatores como o mercado interno fraco, gastos públicos baixos e investimentos praticamente paralisados. Na avaliação da Fiemg, isso também indica que a retomada do investimento vai ser lenta porque o parque tende a absorver essa capacidade ociosa antes de iniciar novos projetos.

Emprego - A pesquisa da Fiemg mostrou que o nível de emprego do parque em abril caiu 1,2% ante março. Frente ao mesmo mês de 2016, a queda foi mais forte, de 7,1%. Entre janeiro e abril, a retração da mão de obra da indústria já acumula queda de 6,1% no confronto com os mesmos meses do ano passado.

Apesar do recuo no nível de emprego, economistas da Fiemg que acompanharam a

divulgação do Index lembraram que, conforme os últimos dados divulgados pelo Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a indústria teve um saldo positivo de 11,6 mil vagas com carteira assinada de janeiro a abril deste ano.

Paraná negocia R\$ 2 bilhões em novos investimentos

02/06/2017 – Fonte: Bem Paraná

Empresários demonstraram interesse em desenvolver projetos industriais no estado em evento



Empresários e potenciais investidores, que participaram ontem, em São Paulo, do evento Paraná CEOs Investment Meeting, demonstram interesse em desenvolver projetos industriais no Estado. O governador Beto Richa, que abriu o evento pela manhã, afirmou que neste momento o governo estadual negocia com diversas empresas, industriais e comerciais, investimentos próximos a R\$ 2 bilhões.

Realizado pela Agência Paraná Desenvolvimento (APD) e Secretaria Estadual da Fazenda, o encontro reuniu cerca de 100 convidados, sendo 60% desse público formado por presidentes de empresas.

Richa destacou que o Estado propiciou, nos últimos anos, um ambiente de negócios favorável para investimentos. Ele ressaltou a segurança jurídica, o diálogo entre governo e empreendedores, um estruturado programa de incentivo fiscal e investimentos em infraestrutura.

“Além dos investimentos que fizemos para melhorar a competitividade do Estado, participei de debates técnicos e jurídicos, que propiciaram segurança para os investidores e que resultaram em investimentos bilionários nos últimos anos. Esse é um legado que esse governo vai deixar”, disse ao citar os R\$ 42 bilhões já atraído pelo programa de incentivos Paraná Competitivo desde 2011.

Diferenciada — Para o presidente da APD, Adalberto Netto, hoje há o reconhecimento, por parte dos empresários, de que o Paraná tem uma situação diferenciada em relação aos demais Estados. Ele citou, como exemplo, fornecedores da Klabin, que já demonstraram interesse em investir na região de Ortigueira. Um grupo de empresas indianas também têm projetos para o Paraná.

Para Olivier Murguet, presidente da Renault Américas, a mão de obra qualificada, a logística e a visão de longo prazo sustentaram a decisão da montadora de investir no Estado. “Crescemos nos últimos anos e damos preferência para investimentos no Paraná, com uma visão, sobretudo, de longo prazo”, disse Murguet.

A Renault, que se instalou no Estado em 1996, investiu, de acordo com ele, R\$ 500 milhões na fábrica de São José dos Pinhais, na região de Curitiba, entre 2014 e 2019.

Outra montadora que tem novos planos para o Estado é a Volkswagen. De acordo com Antonio Megale, diretor de relações governamentais da empresa e presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o Paraná é a segunda maior operação da montadora no Brasil.

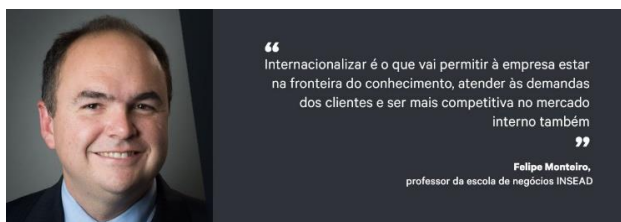
Hoje 85% da mão de obra da fábrica é formada por paranaenses. “Nos últimos anos vimos uma melhora significativa nas condições logísticas no Estado. Quando cheguei ao Paraná eram comuns filas quilométricas de caminhões para acesso ao porto. Hoje isso não existe mais”, afirmou.

Também a Klabin deverá, em breve, anunciar investimentos no Estado, segundo Cristiano Teixeira, diretor-geral da empresa. No encontro, Teixeira destacou a parceria com o porto de Paranaguá, onde a Klabin mantém um terminal para movimentação de celulose.

ENTREVISTA: Cortar investimentos em inovação é dar tiro no pé, diz professor da INSEAD

02/06/2017 – Fonte: CNI

Felipe Monteiro, especialista em inovação aberta global, fala ainda que, entre os principais desafios do Brasil, está a mensuração de resultados em inovação



Em momentos de crise, cortar investimentos em inovação é dar um tiro no pé, afirma o professor da escola de negócios INSEAD Felipe Monteiro, especialista em inovação aberta global. Segundo ele, no curto prazo, essa estratégia pode fazer sentido, mas no longo prazo, a empresa perde fôlego. “Ao fazer isso, a empresa fica menos competitiva e com cada vez menos condições de competir”, destaca.

Monteiro, que está entre os palestrantes do 7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, que ocorre nos dias 27 e 28 de junho, em São Paulo, ressalta em entrevista à Agência CNI de Notícias que as empresas que não inovam acabam limitando a competição a preços e não qualidade. “Assim, está-se fadado a competir por margens cada vez menores, o que só vai aumentar a crise.”

Ele explica que, entre os desafios para o Brasil avançar na agenda de inovação, está a criação de métricas que contabilizem os ganhos com a inovação. “Enfatiza-se muito no que pode ser feito para estimular a inovação e, talvez, tenhamos perdido o foco em mensurar resultados”, critica Monteiro. Confirma a entrevista.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - O senhor defende que o processo de internacionalização de negócios contribui para estimular a inovação. Como isso ocorre?

FELIPE MONTEIRO - Essa relação entre inovação e internacionalização é algo bem estabelecido em pesquisas e a melhor forma de apresentar isso é pela diferença entre um círculo virtuoso versus um círculo vicioso.

Qual o círculo virtuoso nessa relação? Ao se exportar ou operar internacionalmente, os clientes ao redor do mundo vão exigir mais, pois estão olhando para o seu produto e o de outros competidores em outras partes do mundo.

Eles forçam as empresas a inovar. Além disso, ao olhar para fora, a empresa tem acesso a melhores práticas e inovações que estão ocorrendo em outras partes do mundo. De alguma maneira, isso força a empresa a ser cada vez melhor.

A consequência disso é que, inovando mais, a empresa acaba sendo mais competitiva no exterior e abrindo novos mercados.

Já o ciclo vicioso ocorre quando a empresa se volta para o mercado interno e não recebe a pressão dos clientes ao redor do mundo. A empresa pode estar contente no mercado local, onde não precisa inovar tanto, mas isso torna mais difícil de se ir para fora, o que faz com que se volte cada vez mais para o mercado interno.

Esse mecanismo reforça uma espiral negativa. Ir para fora é o que vai permitir à empresa estar na fronteira do conhecimento, atender às demandas dos clientes cada vez mais à frente e, de alguma maneira, ser mais competitiva no mercado interno também.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Em seis anos, o Brasil perdeu 22 posições no Índice Global de Inovação. Qual o principal motivo dessa forte queda do país no ranking?

FELIPE MONTEIRO - São dois motivos principais. Um deles é que estamos muito mal dentro do pilar "instituições", que envolve questões como facilidade de fazer negócios, abrir empresas e pagar impostos no Brasil.

Por exemplo, em relação à facilidade de negócios, o Brasil está entre os piores países do mundo. É um problema que está ruim há muito tempo, tem piorado e precisa ser tratado.

O segundo motivo é o desempenho ruim do Brasil em relação a "produtos de inovação". O Brasil melhorou ao longo do tempo em termos de insumos de inovação, mas ele não conseguiu transformar esses insumos em produtos de inovação.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - O que implica essa lacuna entre insumos e produtos de inovação e quais as causas desse problema?

FELIPE MONTEIRO - Além de o Brasil ter perdido diversas posições no ranking, o que é mais preocupante é o quanto o país vem perdendo em relação ao índice de eficiência em inovação.

Isso significa que está se investindo mais em insumos de inovação, sem ser capaz de transformá-los em produtos de inovação. Então, há três hipóteses para isso estar ocorrendo. A primeira é que o Brasil está investindo em insumos de inovação e ainda não deu tempo de o processo maturar.

No entanto, acredito que essa possibilidade não é predominante. Na minha avaliação, o principal problema é que não adianta investir em inovação em um macroambiente desfavorável. Investe-se em insumos, mas eles estão sendo diluídos na ineficiência do ambiente econômico em geral.

Pode-se até ter leis específicas para a inovação, mas se essas leis estão inseridas em um contexto em que é tão difícil fazer negócios e em que se tem de gastar muito com o Custo Brasil, os esforços acabam se diluindo.

O segundo ponto, que está conectado com essa questão, é que se tem enfatizado muito no que pode ser feito para estimular a inovação e, talvez, perdido o foco em mensurar os resultados. Mensurar não o que você está colocando como insumo, mas o que está vindo como produto.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Quais os potenciais do Brasil para alavancar a inovação? Em que áreas e setores apostar?

FELIPE MONTEIRO - Primeiro, é preciso pensar em economia do futuro e não em

economia do passado. Cada vez mais temos de pensar em uma economia que será transformada pela revolução digital. Então, há várias áreas, como biotecnologia e agribusiness, que podem avançar.

Se pensar em agribusiness, podemos ver o quanto é possível sofisticá-lo com avanços em biotecnologia e nanotecnologia. O Brasil também tem feito vários investimentos em insumos de inovação.

Quando se olha, por exemplo, a questão da tecnologia da informação com a internet, percebe-se que o Brasil melhorou bastante. O Brasil é um mercado sofisticado.

Se você olhar no Global Innovation Index, temos vários indicadores de sofisticação de mercados e o Brasil está muito bem, pois é um mercado enorme, com muitos investidores. Se pensar globalmente, nenhum competidor sério pode deixar de considerar o Brasil como um mercado.

Mas o ponto mais importante é que é muito difícil fazer avanços desconectado do mundo. Algo fundamental nesse sentido é fazer com que o sistema de inovação brasileiro esteja inserido no sistema de inovação global.

Algumas empresas já fazem isso, mas é importante que esse debate seja claro, respondendo às seguintes questões: qual é o papel do Brasil nas cadeias de valor mundiais? Como é que pesquisadores e empresas brasileiras colaboram com empresas no exterior? Como encara a inovação aberta?

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Como vê o papel da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), coordenado pela CNI, nesse processo de inserir a inovação na estratégia dos negócios?

FELIPE MONTEIRO - No Brasil, por ser um país muito grande, com uma variedade enorme de setores, de empresas e de realidades geográficas diferentes, a MEI contribui muito no papel de coordenação do processo de criação de um sistema de inovação no país.

Colocar ao redor da mesma mesa o setor privado e o setor público é fundamental para alcançar mais resultados. Melhor ainda é que essa coordenação é encabeçada pelos próprios empresários e vem de um movimento orgânico, não de burocracia e de órgãos de governo. No Global Innovation Index, um dos pontos fortes do Brasil é o nível de sofisticação empresarial.

Outro ponto claro na MEI é a mensuração de resultados. A aferição e o acompanhamento de resultados e a continuidade no processo é muito importante na criação de um ambiente favorável à inovação.

Essa lacuna entre insumos e produtos de inovação pode ter como causa iniciativas isoladas que acabam se perdendo. Alguém começa alguma coisa e depois vem outro governo e outra política e não há continuidade nas ações. Essa estabilidade da MEI na coordenação e acompanhamento das diversas iniciativas ao longo do tempo e na mensuração resultados é importantíssima.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - O Brasil é o pior colocado no ranking em relação aos emergentes e aos BRICS. O que os demais países do BRICS fazem que os tornam mais inovadores que o Brasil?

FELIPE MONTEIRO - Claramente a China está muito à frente, pois já vem fazendo investimentos em inovação há muito tempo, com escala e internacionalização da economia. Também investe fortemente em educação e pesquisa há muito tempo. Isso mostra que na China há uma forte coordenação das iniciativas, com mensuração muito clara de resultados e estabilidade.

No entanto, se olhar os demais BRICS, eles não estão tão à frente do Brasil. Eles também estão na busca de melhorar o desempenho. Mas, apesar dos desafios, acredito que o Brasil tem todas as condições de melhorar significativamente seu desempenho.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Qual a importância e como estimular a inovação em tempos de crise?

FELIPE MONTEIRO - É preciso perceber que, se não inova, a sua competição será sempre por preço e não por qualidade. Além disso, você está fadado a competir por margens cada vez menores, o que só vai aumentar a crise. Outro ponto é pensar que inovação não precisa necessariamente de investimentos vultosos ou de produtos cada vez mais sofisticados.

Muitas vezes as inovações surgem em modelos de negócios, em processos, em mais eficiência e em ser capaz de fazer melhor o que se vinha fazendo antes. A crise abre oportunidades, pois há uma tendência de fazer o mesmo sempre e estar confortável por não ter pressão. Vemos ao redor do mundo que, em ambientes extremamente difíceis, surgem grandes inovações porque as empresas têm de responder a essas dificuldades.

Certamente a crise dificulta por um lado, pois torna os recursos mais escassos, mas, por outro, ela nos lembra da importância da inovação justamente para não entrar em uma crise maior por estar competindo por cada centavo em margens de preços. Uma coisa que o Global Innovation Index não captura, mas que devemos considerar no Brasil, são as inovações surgindo de pequenas empresas, de novos modelos de negócios.

A MEI traz à luz várias excelentes iniciativas e estimula empresas a inovar ao fazê-las entender que, muitas vezes, inovação não é apenas o que é concebido na NASA ou na Apple. Inovação são várias pequenas empresas fazendo cada vez melhor, tendo modelos de negócios diferentes. É isso que faz toda a diferença.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Como avalia eventos como o Congresso Brasileiro de Inovação, que traz especialistas internacionais de renome na área para tratar do tema com empresários brasileiros?

FELIPE MONTEIRO - É importantíssimo por pelo menos três coisas que estão acontecendo: você está aberto a entender o que está ocorrendo ao redor do mundo.

Há essa troca de experiências e a comparação do Brasil em relação a outros países. É muito fácil para o Brasil, por ter dimensões continentais, acabar focando no mercado interno. Essa visão de olhar para dentro é uma visão de muito curto prazo porque o mundo está globalizado, mesmo com ondas de protecionismo aqui e acolá.

As grandes empresas multinacionais estão no Brasil e, por isso, não tem como estar fora desse diálogo global sobre o que está acontecendo em termos de inovação. Ao redor do mundo, estão todos preocupados com o que vai ocorrer com a revolução digital, o que significa a indústria 4.0, que tipos de talentos e treinamentos a gente precisa para isso.

Afinal, inovação não é um cientista isolado tendo uma ideia brilhante, mas é todo um ecossistema, é todo um networking. Por isso, iniciativas como o Congresso Brasileiro de Inovação são importantes para que se crie, de fato, esse networking de empresas e pesquisadores, se estimule a aproximação do setor privado com o setor público e com a academia para que essa rede funcione para criar um ambiente favorável à inovação. Se você olhar bem, essas coisas estão todas conectadas e não é por acaso.

Empresários criticam alta do ICMS dos combustíveis

02/06/2017 – Fonte: Diário do Comércio

Prevendo um aumento de custos para toda a cadeia produtiva, empresários de Minas se posicionaram, ontem, contra a elevação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da gasolina, de 29% para 31%, e do álcool, de 14% para 16%.

A medida consta do Projeto de Lei 3.397/2016, do governo do Estado, aprovado ontem, em segundo turno, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A aprovação aconteceu no Dia da Liberdade de Impostos, ação para conscientização sobre a alta carga tributária brasileira.

Em nota divulgada ontem, o Conselho Estratégico de Defesa do Empresário (Cede) – que reúne Associação Mineira de Supermercados (Amis), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Minas Gerais (Abrasel-MG), Associação e Sindicato da Indústria da Panificação de Minas Gerais (Amipão), Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH) e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG) – informou que encaminhou aos associados mensagem repudiando o aumento “em momento no qual todos os agentes econômicos se desdobram no enfrentamento da maior recessão da história de Minas e do País.”

Segundo a entidade, com o reajuste, o aumento real da gasolina será de 6,89% e do álcool, de 8,75%. A previsão é de elevação do preço para o consumidor final. Presidente da CDL-BH, Bruno Falci considerou que aumento tributário neste momento é inconcebível. “O Estado deve aumentar sua eficiência e não aumentar impostos. As pessoas estão sufocadas com tamanha carga tributária. Não sobra dinheiro para movimentar a economia”, apontou.

Ele ressaltou que o aumento do imposto no combustível impacta setores diversos. “Todo produto comercializado é transportado de alguma forma. As pessoas também vão usar carro ou ônibus ou táxi. Toda a população será afetada”, frisou.

Segundo o deputado Gustavo Valadares (PSDB), líder da minoria na Assembleia, não houve tempo hábil para que ocorresse pressão popular contra o aumento do imposto. O projeto de lei tramitou em regime de urgência e foi aprovado em primeira instância anteontem. O texto segue agora para sanção do governador Fernando Pimentel (PT).

“Minas em crise, os mineiros sem emprego e o governo aumentando imposto. Neste momento, o governo deveria estar diminuindo impostos”, ponderou.

Posição semelhante tem o deputado Arlen Santiago (PTB): “A população mineira não aguenta mais nenhum aumento de imposto”. Ele informou que providenciará um estudo comparando o valor do ICMS da gasolina cobrado em Minas e em outros estados.

“Um pequeno produtor de queijo, no interior de Minas, que leva o produto até a Ceasa, vai sentir esse aumento. Essa medida sobrecarrega o cidadão comum”, ressaltou o deputado João Vítor Xavier (PSDB).

Compensação - O deputado Durval Ângelo (PT), líder do governo na Assembleia, explicou que o aumento da alíquota do ICMS sobre quatro itens, como previsto no projeto aprovado ontem, ocorreu como forma de compensação ao Refis – criado pela mesma lei – de forma a garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com ele, houve discussão com o setor empresarial.

Além do aumento da alíquota do ICMS do álcool e da gasolina, será aumentado o imposto do solvente destinado à industrialização (18% para 31%) ou a outros fins

(25% para 31%); e operações de importação de mercadorias ou bens integrantes de remessa postal ou de encomenda aérea internacional (18% para 25%). Outra compensação aprovada é a elevação de 3% para 4% da alíquota do IPVA de caminhonetes de cabine dupla ou estendida.

Durval Ângelo informou que o aumento da alíquota do ICMS do álcool foi combinado com o setor, que terá liberação de créditos retidos. Mas, para manter a competitividade do produto, foi elevado também o imposto da gasolina.

Sobre o aumento da alíquota da importação, ele alega que vai proteger a economia mineira, principalmente os setores calçadistas, de vestuário e eletrônico.

No caso das caminhonetes cabine dupla, ele disse que são veículos usados atualmente mais para passeio do que para trabalho. "Os donos dos demais carros já pagam 4%", disse, informando que a alíquota do IPVA das caminhonetes comuns continua em 3%.

Refis está aquém das expectativas da indústria

02/06/2017 – Fonte: Diário do Comércio

Após intensa negociação entre parlamentares e governo federal, uma nova medida provisória – a MP 783/2017 – instituindo o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), chamado de novo Refis, foi publicada na noite da última quarta-feira, em edição especial do Diário Oficial da União (DOU).

O texto segue agora para a Câmara dos Deputados e deve ser analisado, na semana que vem, por comissão mista do Congresso. A previsão é de tramitação célere, já que não devem ser feitas muitas alterações na MP, já amplamente discutida. As adesões ao programa podem ser feitas até 31 de agosto, sendo que há quatro modalidades de regularização tributária.

Segundo o presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Lincoln Gonçalves Fernandes, o Refis não é exatamente o que o empresariado queria, mas engloba os pontos básicos.

"É um Refis com menor atendimento às expectativas da indústria, mas que abraçou os principais itens da nossa reivindicação. Dada a conjuntura atual, acho que é um Refis possível, mas não acho que a indústria vai aderir em grande escala", disse.

Segundo Fernandes, o valor mais vantajoso abrange empresas com dívida menor, que é o caso da grande maioria.

"São essas empresas que têm dificuldade em pagar os 20% de sinal, mesmo ele sendo parcelado. Médias e grandes empresas terão maior capacidade de aderir ao pacote, mas a atratividade é menor. Isso faz parte do jogo", declarou.

De acordo com informações do Ministério da Fazenda, o Pert é voltado a contribuintes com dívidas junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vencidas até 30 de abril de 2017. Ao aderir, o contribuinte se compromete a manter em dia o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Modalidades - Uma das modalidades do programa vale exclusivamente para quem tem débitos junto à Receita.

Nesse caso, o contribuinte pode optar pelo pagamento à vista, com pelo menos 20% de entrada e o restante podendo ser pago com créditos, sem reduções. O saldo, se houver, pode ser parcelado em até 60 meses.

Outra opção, válida para os contribuintes com débitos tanto na Receita quanto na

Procuradoria da Fazenda Nacional, é o parcelamento em 120 prestações, sem reduções.

Também para débitos na Receita e na Procuradoria da Fazenda Nacional, pode ser feita opção pelo pagamento de 20% em 2017, em cinco parcelas, sem reduções. O restante pode ser quitado em parcela única, em 2018, ou em até 175 vezes.

Os descontos de juros variam de 90% a 50% e, o de multas, entre 50% e 25%, de acordo com o número de parcelas. Nesse caso, ainda é permitido pagamento com base no faturamento, mas com desconto menor.

Por fim, para dívidas inferiores a R\$ 15 milhões, na Receita ou na Procuradoria da Fazenda Nacional, o contribuinte pode optar pelo pagamento de 7,5% este ano, em cinco parcelas, sem reduções.

O restante pode ser quitado com utilização cumulativa de descontos nas multas e juros e aproveitamento de créditos.

O parcelamento pode ser feito, no máximo, em 175 meses. Os descontos nos juros variam de 90% a 50% e, de multas, de 50% e 25%, dependendo do parcelamento.

O valor mínimo de cada prestação mensal será de R\$ 200 para pessoa física e de R\$ 1 mil para pessoa jurídica. Mais informações sobre o Refis na página 31.

Pessoas físicas e empresas: com descontos, nova renegociação de dívidas com União vai até agosto

02/06/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



Com desconto na multa e nos juros, o novo programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas e de empresas com a União vai até o fim de agosto. A medida provisória que reinstalou o parcelamento foi reeditada dia 31 de maio à noite, com alterações, porque as originais perderiam a validade nesta semana.

Batizado de Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), o novo parcelamento institui reduções que podem chegar a 90% nos juros e 50% nas multas para quem pagar o débito à vista, podendo abater da dívida os créditos fiscais, recursos que tem direito a receber da Receita Federal. A Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editarão, em até 30 dias, os atos necessários à execução dos procedimentos do programa.

A medida provisória anterior, editada no início de janeiro e que tinha instituído o Programa de Regularização Tributária (PRT), não previa descontos para quem aderisse à renegociação.

Pela nova medida provisória, para quem pagar parcelado o desconto será menor e cairá conforme o número de parcelas. A redução será de 80% nos juros e 40% nas multas para quem pagar em até 150 vezes (12 anos e meio) e de 50% dos juros e 25% das multas para quem parcelar em até 180 meses (15 anos). A renegociação vale para dívidas vencidas até 30 de abril deste ano.

Na renegociação original, cuja adesão foi encerrada no fim de maio, o governo esperava arrecadar R\$ 8 bilhões ainda este ano. A instituição de um novo programa,

com a ampliação da data de vencimento das dívidas que podem ser parceladas, ampliará a arrecadação, mas o Ministério da Fazenda ainda não fez os cálculos porque estava esperando o resultado das negociações.

Editada em 4 de janeiro, a medida provisória que instituiu o PRT havia sido alterada na Câmara dos Deputados. Nas últimas semanas, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reuniu-se com parlamentares para tentar reverter as mudanças e acabar com o desconto nas multas e nos juros, que a equipe econômica entendia como perdão de dívidas. O governo, no entanto, decidiu deixar a medida perder a validade e editar uma nova.

A medida provisória do PRT permitiu que a nova renegociação abrangesse dívidas incluídas em outros parcelamentos. Dessa forma, quem aderiu ao programa poderá refinanceir novamente os débitos e obter o desconto nas multas e nos juros. No programa original, o contribuinte que incorresse em novos atrasos seria excluído da renegociação. A nova medida provisória manteve a prerrogativa.

Parcelas

O parcelamento poderá ser feito de quatro formas. O contribuinte com dívidas tributárias e com direito a usar créditos fiscais da Receita para abatimento da dívida total poderá dar uma entrada de 20% à vista e parcelar o restante em 60 meses ou dar uma entrada de 18%, parcelada em 36 meses, e dividir o restante em 84 meses, totalizando 120 meses (dez anos).

Quem não tiver direito a usar créditos fiscais para reduzir o débito poderá dar uma entrada de 20% ainda este ano, em até cinco parcelas, sem redução na multa e nos juros, e dividir o restante em até 175 meses com desconto escalonado, totalizando 180 meses.

Quem dividir em menos parcelas terá desconto maior. Para dívidas inferiores a R\$ 15 milhões, a entrada será reduzida para 7,5%, também podendo ser dividida em cinco parcelas e sem desconto nas multas e nos juros, com o restante sendo parcelado em até 175 meses.

70% das empresas não conseguem se livrar de problemas fiscais

02/06/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Pesquisas realizadas na indústria revelam que a cada R\$ 10 milhões de demanda adicional em máquinas e equipamentos são gerados 280 novos empregos de forma direta, indireta e pelo efeito renda, concluindo-se que só a indústria pode diminuir o desemprego.

No entanto, não vemos nenhum esforço dos órgãos competentes para, por meio da retomada do crescimento da indústria, diminuir o desemprego no país. No momento o governo registra oficialmente 13 milhões de desempregados e o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acrescentando os sub-ocupados, fala em 24 milhões e 300 mil trabalhadores sem emprego, em um ambiente social que mostra sinais claros e perigosos de instabilidade.

Além do desemprego que assusta, as empresas não conseguem arcar com os seus compromissos e o temor assola o Brasil. Encomendamos, recentemente, uma pesquisa no Serasa e constatamos que mais de 70% do nosso universo de empresas registram algum problema fiscal e, não conseguem a tal da CND – Certidão Negativa de Débitos, indispensável para a empresa operar no mercado brasileiro, comprar, vender e conseguir financiamentos. Sem indústrias, sem emprego, a arrecadação cai e não há controle fiscal que dê conta.

Aí, perguntamo-nos por onde começar a reconstrução do nosso setor, ou melhor, por onde começar a reindustrialização do país, capaz de trazer o emprego de volta. Por onde começar o reemprego? Um programa do governo que pudesse fazer com que as empresas recuperassem a sua CND poderia ser um bom começo, porque, por meio de uma ficha limpa, as empresas poderiam voltar a vender, solicitar capital de giro e, conseqüentemente, reempregar.

Mas, infelizmente, o Programa de Regularização Tributária, instituído por meio da Medida Provisória 766/2017, não atende à maioria dos inadimplentes, especialmente no setor de máquinas, porque exige um pagamento inicial de 20% do débito total. Ora, se as empresas estão em situação de inadimplência junto à Receita Federal, afetadas pela crise e pelas restrições dos bancos na concessão de créditos, não é possível que as empresas tenham recursos para efetuar esse pagamento inicial.

Outra inadequação diz respeito à ausência de um pedido de carência para o pagamento das parcelas. Isso impede o pagamento do parcelamento juntamente com os recolhimentos dos impostos que estão vencendo. E, o pior, o PRT não permite redução do valor das multas e dos juros de mora, aumentando o montante dos débitos.

O problema dessa Medida Provisória é que permite o abatimento dos débitos tributários passados por meio da utilização dos prejuízos acumulados, contemplando apenas grandes empresas com lucro real. As que estão no regime de lucro presumido e simples nacional não têm necessidade de apurar os lucros e, com isso, não terão o benefício. Porém, o Brasil possui, em sua maioria, micro, pequenas e médias empresas, que não possuem lucro real e a Medida Provisória é destinada apenas às grandes empresas, alijando as de menor porte.

Uma forma de o governo voltar a efetivamente arrecadar, na medida em que faria um plano que permitisse às empresas voltarem a operar e empregar, seria por meio da extensão do prazo do parcelamento para até 240 meses; com um prazo de carência de até 24 meses; redução de 100% das multas e juros de mora; parcelamento dos débitos apurados até 31/12/2016; e cancelamento da cobrança do "sinal" de 20%.

Com essas medidas, talvez o setor tivesse como recomeçar e, acima de tudo, reempregar, gerando arrecadação de impostos ao governo, após o término da crise e quando houver a retomada da economia.

*João Carlos Marchesan é administrador de empresas, empresário e presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas.

Exportações crescem com melhora nos preços internacionais, diz MDIC

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O superávit recorde registrado na balança comercial em maio (US\$ 7,662 bilhões) e nos cinco primeiros meses do ano (US\$ 29,032 bilhões) foi alcançado principalmente por causa do aumento nos preços dos produtos vendidos pelo Brasil ao exterior. No mês, as exportações cresceram 7,5%, enquanto as importações subiram 4%.

No ano, a alta nas vendas foi de 18,5%, enquanto as compras do exterior aumentaram 8,4%.

O diretor do Departamento de Estatística do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Herlon Brandão, destaca que, nos cinco primeiros meses do ano, houve alta nos preços dos produtos exportados de 19,7%, enquanto a quantidade vendida caiu 0,8%.

Brandão ressalta a melhora nos preços internacionais de produtos como minério de ferro, produtos agrícolas e petróleo. "Nos primeiros meses do ano passado, patamares de preços estavam extremamente baixo, por isso esse crescimento significativo", completou.

Ele chamou a atenção para o superávit de US\$ 2,652 bilhões na conta petróleo de janeiro a maio. No mesmo período do ano passado, havia um déficit de US\$ 1,199 bilhão no comércio do produto.

Apesar de as importações registrarem crescimento de 8,4% nos cinco primeiros meses do ano, no caso dos bens de capital, porém, há uma queda de 19,4%. "Isso vem do quadro de recessão dos últimos dois anos. Como existe capacidade ociosa, investimento demora mais a reagir", afirmou.

Brandão ressaltou o crescimento nas importações da Argentina em maio de 20,1%, principalmente por conta de trigo, milho e cevada, sendo 8,1% nos cinco primeiros meses. Já as exportações para o país cresceram 21,7% em maio e 25,6% no acumulado, puxado pelo setor automotivo e máquinas agrícolas. O superávit no comércio entre os dois países chega a US\$ 3 bilhões de janeiro a maio.

PIB

Brandão destacou a contribuição expressiva das exportações para o crescimento do PIB no primeiro trimestre do ano. As vendas de bens e serviços aumentaram 4,8%, acima de outros componentes do PIB, que aumentou 1% no primeiro trimestre. Ele acredita que essa contribuição será em menor medida nos próximos meses porque, no início do ano passado, os preços dos produtos exportados estavam baixos, o que reduziu a base de comparação.

A previsão do governo para este ano é de um superávit acima de US\$ 55 bilhões. "As exportações estão crescendo continuamente, temos demanda com preços aquecidos de vários produtos que o Brasil exporta e capacidade de oferta", acredita.

Cenário global ajuda desempenho do PIB do país

02/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O aumento da importância das exportações para o PIB brasileiro do primeiro trimestre é também um reflexo da melhora do cenário global.

Depois de um 2016 modorrento (com o menor crescimento desde 2009, logo após a crise iniciada nos EUA), a economia global ensaia ter neste ano uma retomada.

Segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional), o PIB global deve crescer 3,5% neste ano, ante 3,1% em 2016. E, mais que isso, o Fundo disse, em abril, que notou uma recuperação "há muito tempo aguardada" na indústria, no comércio e nos investimentos.

Um desses sinais positivos é a China. A segunda maior economia global cresceu 6,9% nos primeiros três meses deste ano em relação ao mesmo período de 2016. Foi o melhor desempenho chinês em dois anos.

O reflexo disso foi bastante sentido no Brasil. Principais compradores dos produtos brasileiros, os chineses aumentaram suas importações do país em 69% no primeiro trimestre deste ano na comparação com os mesmos meses do ano passado.

O aumento foi muito superior ao crescimento médio do período (24%). E a consequência foi que os chineses, que haviam comprado 17,2% das exportações brasileiras de janeiro a março de 2016, elevaram sua fatia para 23,4% em igual período deste ano.

COMPARAÇÃO

Na comparação com outras economias, o avanço brasileiro de 1% em relação aos três últimos meses de 2016 foi melhor do que o de outros países latino-americanos, mas ficou abaixo do obtido por nações emergentes asiáticas.

Em um levantamento com 38 países, o avanço da economia brasileira de janeiro a março foi o 11º melhor.

O resultado foi superior ao obtido por México (0,7%) e Chile (0,2%). Já a economia colombiana encolheu 0,2%.

Na Ásia, A economia da Malásia cresceu 1,8% (o melhor resultado entre os 38 países pesquisados), a de China e Tailândia, 1,3%, e a das Filipinas, 1,1% em relação ao quarto trimestre de 2016.

Superávit da balança em maio foi de US\$ 7,661 bi, melhor dado mensal da série

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 7,661 bilhões em maio. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o resultado representa o maior superávit mensal registrado na série histórica, que teve início em 1989. No acumulado do ano, o superávit alcançou US\$ 29,032 bilhões, também o maior para os cinco primeiros meses do ano da série histórica.

O resultado de maio superou a mediana das estimativas coletadas pelo Projeções Broadcast, calculada em US\$ 7,500 bilhões. O intervalo das previsões de 27 instituições consultadas ia de US\$ 6,080 bilhões a US\$ 8,500 bilhões.

Em maio, as exportações somaram US\$ 19,792 bilhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 12,131 bilhões. Na quarta semana de maio (de 22 a 28), a balança registrou superávit de US\$ 1,942 bilhão e, na quinta (de 29 a 31), de US\$ 873 milhões.

Meirelles comemora fim da recessão mas diz que retomada não é uma linha reta

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, comemorou o fim da recessão, mas não descarta a possibilidade de que a economia volte a mostrar alguma fraqueza no segundo trimestre. Meirelles reafirmou a previsão de que a economia brasileira crescerá 0,5% no ano de 2017 e terminará o quarto trimestre com ritmo de expansão de 2,7% na comparação ante igual período de 2016.

“Sim, a recessão acabou. Não há dúvida”, disse. O ministro da Fazenda notou, porém, que quando um país “retoma o crescimento não é uma linha reta”. Meirelles explicou que em momentos de volta ao crescimento ou início de recessão é comum que trimestres seguidos mostrem comportamento não linear.

Ou seja, há comportamento com uma tendência em um trimestre e outro movimento no período seguinte. "Ele (o PIB) sobe muito, depois dá uma ajustada, uma acomodada para depois voltar a subir".

Meirelles reafirmou, porém, que a expectativa é de crescimento para o conjunto do ano. "O que nós esperamos é que, durante o decorrer do ano, continue a crescer e chegaremos ao final do ano com ritmo de crescimento sólido de cerca de 3% ao ano", disse.

Durante a entrevista antes de almoço da Associação Nacional de Jornais (ANJ), o ministro reafirmou a previsão de crescimento de 0,5% no ano e expansão 2,7% no último trimestre do ano na comparação ante igual período de 2016.

Fim da recessão econômica ocorrerá com o avanço das reformas, avalia CNI

02/06/2017 – Fonte: CNI

Para a Confederação, o resultado positivo do PIB do primeiro trimestre deve ser visto com cautela. Somente a melhoria do ambiente de negócios e a garantia do equilíbrio fiscal poderão garantir o crescimento sustentado

O crescimento de 1% registrado no Produto Interno Bruto (PIB) do 1º trimestre de 2017 é positivo ao dar sinais de que o Brasil pode superar a recessão, na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). No entanto, o crescimento consistente ocorrerá apenas quando o Brasil melhorar o ambiente de negócios e garantir o equilíbrio fiscal de longo prazo.

As bases para essa sustentação são a continuidade da queda de juros e o avanço na aprovação das reformas trabalhista e da Previdência. O país não pode parar em função da crise política. É necessário dar condições para que as empresas retomem os investimentos, haja geração de empregos e as famílias brasileiras voltem a consumir.

'É muito cedo para decretar o fim da recessão'

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Apesar das comemorações do presidente Michel Temer e do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de que a alta do PIB após oito trimestres seguidos no vermelho crava o fim da recessão que o País atravessa, economistas ponderam que o resultado deve ser analisado com cautela e que ainda é cedo para comemorar.

Segundo o economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central e membro do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), da FGV, que estabeleceu oficialmente o início da atual crise econômica no segundo trimestre de 2014, é "extremamente prematuro" analisar o resultado como evidência para o fim desse ciclo, tanto sob o ponto de vista técnico quanto em uma análise mais ampla do cenário econômico. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Em termos técnicos, é possível afirmar que o PIB positivo deste trimestre, que interrompe um longo ciclo de contração, crava o fim da recessão?

Para dizer que acabou a recessão, o Codace tem de se reunir e verificar se existem ou não dois trimestres consecutivos de crescimento, que é o critério adotado. Se crescer também o PIB do segundo trimestre, aí você decreta o fim da recessão no último trimestre de queda – que, no caso, seria o quarto trimestre de 2016.

Agora, se no segundo trimestre de 2017 o PIB voltar a cair, o Codace não tem condições de decretar o fim do processo recessivo. Mas, para além do PIB, é preciso avaliar todos os indicadores econômicos. Uma coisa é certa: é muito cedo ainda para decretar o fim da recessão.

Por quê?

No resultado do primeiro trimestre, nós tivemos um crescimento do PIB da agricultura que é o maior da história. Sem ele, o PIB não teria subido 1%, mas sim 0,2%. Isso não irá se repetir no segundo trimestre, de forma que essa força desaparece. O crescimento do PIB da indústria não é uma recuperação, é apenas um carry over (espécie de herança estatística) do dado de dezembro.

A boa notícia da indústria é que ela parou de cair, está estável, mas ainda não mostrou tendência de crescimento. Outra notícia muito negativa é a queda da Formação Bruta de Capital Fixo, que mostra que a economia não está investindo. E, sem investimento, não há crescimento.

Há alguma boa notícia?

Uma notícia que pode ser considerada positiva é a redução do ritmo de queda do consumo. Neste trimestre, tivemos um PIB positivo e o consumo ainda contraiu. Porém, trimestre após trimestre o consumo das famílias vem caindo menos do que no período anterior.

Quais as perspectivas para o resultado do segundo trimestre?

No PIB, você olha para trás – o que aconteceu no trimestre passado. Para saber se acabou a recessão ou não, porém, você tem de olhar para os indicadores do segundo trimestre que já existem, como produção industrial, vendas reais do comércio e os indicadores mensais que o IBGE publica e são utilizados como base para o cálculo do PIB. E todos mostram ainda uma economia ainda muito fraca. Há, portanto, um risco grande de que haja queda do PIB no segundo trimestre. Então, o ponto central dessa história é que afirmar que acabou a recessão é no mínimo uma coisa extremamente prematura.

Qual deve ser o impacto da crise política que vive o governo no resultado do PIB de 2017?

Olha, é muito simples: se a crise política for resolvida, o impacto é menor; se não for resolvida, o impacto é maior.

Fim da recessão não está no horizonte de economistas

02/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O resultado positivo do PIB no início deste ano ainda não é garantia de saída da recessão, na qual o país mergulhou no segundo trimestre de 2014.

Em termos técnicos, uma expansão econômica ocorre quando há crescimento sustentável espalhado em vários setores. Nenhuma dessas características está claramente configurada no Brasil atualmente.

Apesar do bom resultado do agronegócio, a indústria tem apresentado altos e baixos e o setor de serviços continua sofrendo com a falta de demanda em um contexto de desemprego recorde.

Além disso, segundo economistas, o PIB pode voltar a cair neste trimestre, principalmente após a deterioração do cenário político, com risco de paralisa de reformas, como a da Previdência.

"Ainda não via motivo suficiente para dizer que a recessão tinha acabado. A crise política adicionou um viés de baixa extra nessa análise", diz o economista Paulo Picchetti, da FGV.

Picchetti é um dos sete membros do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), que estabelece, oficialmente, a cronologia das recessões no Brasil.

Ele ressalta que foi difícil determinar o início do atual ciclo recessivo e tudo indica que isso se repetirá no processo para registrar seu fim.

Os comitês de datação de ciclos —no Brasil e em outros países— normalmente esperam algum tempo para anunciar suas decisões e só se manifestam quando percebem elementos convincentes de mudança de rota.

Embora o conceito de dois trimestres seguidos de queda seja a definição mais popular de recessão, na prática, nem sempre isso ocorre.

O Codace estabeleceu o segundo trimestre de 2014 como o marco inicial do atual ciclo, embora ele tenha sido seguido por dois períodos subsequentes de estabilidade do PIB, até que novas contrações voltaram a ser registradas de forma ininterrupta até o fim de 2016.

Agora pode ocorrer o contrário: após a expansão do primeiro trimestre, que sugere o início de retomada, a economia poderá voltar a ter desempenhos negativos.

Segundo analistas de consultorias e instituições financeiras, os dados mais recentes indicam que o PIB do segundo trimestre tem grande chance de nova contração.

O banco Credit Suisse espera contração de 0,5% do PIB de abril a junho. "O resultado do primeiro trimestre foi bom, mostrou uma dinâmica diferente, mas esteve muito concentrado em poucos setores", diz Leonardo Fonseca, economista da instituição.

Ele explica que a contribuição da agricultura —principal motor da recuperação no início do ano— para a economia como um todo continuará positiva, mas diminuirá.

Além disso, os dados da indústria e do setor de serviços, de forma geral, têm sido fracos.

Do lado da demanda, os investimentos voltaram a recuar no primeiro trimestre.

Daqui para a frente, a expectativa de economistas era que o ritmo mais rápido de queda dos juros reduziria o custo do crédito e estimularia os empresários a investir.

Mas, após a piora do cenário político —e seu impacto negativo em variáveis como a taxa de câmbio—, o Banco Central já deixou claro que os cortes da taxa Selic ocorrerão de forma mais lenta —a redução mais recente, nesta semana, foi de 0,75 ponto.

A combinação entre juros em queda mais gradual e maior incerteza sobre o futuro pode adiar a retomada do consumo e do investimento.

Para economistas, ainda é cedo para decretar fim da recessão no País

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Apesar das comemorações do presidente da República, Michel Temer, e do ministro da Fazenda Henrique Meirelles, de que a alta do PIB após oito trimestres seguidos no vermelho crava o fim da recessão – a mais longa da história do País –, economistas ponderam que o resultado deve ser analisado com cautela. Segundo eles, o ritmo da

recuperação ainda é incerto, sobretudo com a crise política desencadeada com as recentes delações da JBS.

Para a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Instituto Peterson de Economia Internacional, ainda é cedo para comemorar. "Ao contrário do que o Meirelles falou, não há nada histórico no dia de hoje, pois o resultado positivo do PIB se deve inteiramente ao setor agropecuário, com a safra recorde de milho", afirma.

"O restante ainda está todo no vermelho, tanto do lado da produção como do lado da demanda – com exceção das exportações, que em parte também refletem a safra recorde", observa.

O Brasil entrou na chamada recessão técnica no segundo trimestre de 2015, quando acumulou dois trimestres consecutivos de queda do PIB. Economistas explicam, porém, que o acúmulo de dois trimestres de contração não é o único indício usado para identificar uma recessão econômica – e tampouco o seu fim.

"É preciso olhar os indicadores como um todo, para ver se a economia está saudável e reagindo", afirma a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria Integrada.

Ela explica que a saída da recessão depende de uma recuperação consistente da atividade econômica, que não esteja calcada em apenas um setor, como agronegócio. "Temos de fato uma diminuição do ritmo de queda, uma melhora relativa em curso, mas o PIB do próximo trimestre ainda deve ser negativo", avalia. "Considerando a queda de inflação e de juros, essa recuperação deve ficar mais evidente apenas no segundo semestre", disse.

O economista Roberto Troster aponta também que a avaliação depende da base de comparação. "Se você medir o trimestre com trimestre anterior, o PIB é positivo. Porém, se medir com o mesmo período do ano passado, ainda está negativo", observa. Na comparação do primeiro trimestre deste ano com os primeiros três meses de 2016, houve queda de 0,4.

Dyogo diz que Brasil começa a enxergar sinais da recuperação

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse nesta quinta-feira, 1, que o País está finalmente começando a enxergar sinais da recuperação da economia. A declaração ocorreu após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter divulgado hoje crescimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre do ano na comparação com os três últimos meses de 2016.

"Isso é resultado de enorme esforço e de decisões duras, mas acertadas. Um governo e, em particular, (o presidente Michel) Temer, que poderia ter optado por um caminho mais fácil, mais suave, mas optou por enfrentar grandes desafios", afirmou durante cerimônia de posse dos novos presidentes do IBGE e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O ministro disse ter falado a Temer que um grande país só se faz com grandes projetos. "O grande projeto que o País precisa hoje são as reformas e estamos fazendo isso", afirmou.

Oliveira afirmou ainda que os dados do desemprego trouxeram "uma grata surpresa". "A sinalização é importante. Foi o primeiro mês desde janeiro de 2015 que a taxa de desemprego não cresce. O número ainda é incomodo, mas flutuou", disse.

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 13,6% no trimestre encerrado em abril de 2017. No primeiro trimestre de 2017, o resultado ficou em 13,7%. “Estamos colhendo a recuperação da economia e muito em breve estaremos falando de recuperação do mercado de trabalho”, afirmou. O ministro também defendeu o conjunto de reformas microeconômicas para elevar a produtividade.

BNDES

Depois de a gestão de Maria Sílvia Bastos Marques à frente do BNDES ter sido alvo da reclamação de empresários e até de integrantes do governo por “travar” o crédito, Dyogo Oliveira defendeu hoje que a instituição de fomento tenha “foco no cliente”. O ministro disse ainda que é preciso conciliar a “sanha” por controle e segurança com essa diretriz.

“O banco precisa ter foco no cliente. Temos que nos conter naquela sanha que todos os gerentes e todo servidor público têm que estabelecer o máximo de segurança para si”, disse Oliveira. O ministro garantiu na sequência que isso não significa deixar de lado controles e medidas de segurança adotadas pelo banco na concessão de crédito, “pelo contrário”.

No entanto, ele voltou a destacar a necessidade de ter o foco no cliente, que são os empresários e investidores. “Controles e seguranças serão reforçados, mas é preciso que façamos isso sem perder de vista o cliente.”

A orientação do ministro do Planejamento, pasta à qual o BNDES é ligado, foi transmitida durante a posse do novo presidente do banco, Paulo Rabello de Castro, como parte de um conjunto de medidas para “fazer diferente”. Segundo o ministro, entre as orientações do governo a Rabello de Castro estão aprofundar e dar mais qualidade técnica aos projetos apoiados pela instituição e agilizar as análises de crédito do banco, bem como promover a simplificação de procedimentos.

Em outra “orientação”, Oliveira disse que o BNDES precisa garantir a viabilização de projetos de infraestrutura, principalmente as concessões. Dentro do governo, essa vinha sendo uma das principais críticas a Maria Sílvia, uma vez que a disponibilidade de financiamento é condição para que as concessões saiam do papel.

Nesse sentido, o ministro do Planejamento defendeu uma “transição assistida” entre a atuação mais presente do BNDES e a participação maior do setor privado. “O BNDES não pode simplesmente apagar a luz e deixar o mercado privado se resolver com os projetos de infraestrutura. Não é essa a nossa orientação. É para paulatinamente ir saindo para deixar o mercado privado financiar os projetos de infraestrutura”, disse.

O foco na inovação e a diversificação da carteira do BNDES, com ampliação da participação de pequenas e médias empresas (PMEs), também são orientações, segundo o ministro. “Temer encomendou para breve um conjunto de ações objetivas e concretas para a ampliação do crédito para PMEs”, disse Dyogo. O ministro também defendeu a possibilidade de tornar o Cartão BNDES de fato um cartão de crédito.

Ele declarou que a gestão de Rabello de Castro será “exitosa” e trará “ótimos resultados”. O ministro também elogiou o novo presidente do IBGE, Roberto Olinto, pela qualidade técnica.

Investidores estrangeiros

Dyogo Oliveira afirmou que os investidores estrangeiros não estão afugentados pelas crises conjunturais do País e que o Brasil é parada obrigatória para quem quer ser investidor global. Ele citou uma “grande agitação” entre investidores internacionais e nacionais no Brazil Investment Forum, que ocorreu nesta semana em São Paulo.

“Não há outro País em que se deva estar tanto quanto o Brasil. A recuperação se solidificará nos próximos trimestres. Entregaremos o País em 2018 atingindo seu potencial de crescimento. Parte dessa estratégia é o BNDES”, afirmou.

Para ele, o BNDES é especialmente relevante para projetos de infraestrutura no Brasil e crucial para atender às demandas não contempladas pelo crédito privado. O ministro citou ainda que o País tem uma economia dinâmica, diversificada, com empresários e investidores capazes. “O governo vai criar ambiente de negócios favorável para esses investidores”.

Oliveira afirmou também que um evento histórico está acontecendo, com saldo positivo em transações correntes.

O ministro fez ainda elogios a Maria Sílvia Bastos Marques, que deixou a presidência do BNDES. “Coube à Maria Sílvia o período mais crítico, mais duro, de transição no BNDES.” Segundo ele, o banco passará por uma grande transformação com a nova taxa de longo prazo (TLP). “A TLP trará mais racionalidade ao financiamento de longo prazo”.

Dyogo Oliveira afirmou que a nova gestão do BNDES deve focar projetos que ampliem a produtividade da indústria. Ele também destacou como positiva a decisão do novo presidente da instituição de dar mais transparência às atividades do banco. Mais cedo, Rabello de Castro prometeu publicar em 45 dias um balanço sobre as atividades do banco, inclusive com dados sobre os investimentos em empresas.

“Não tenho dúvidas que o BNDES estará em mãos capazes. Tenho certeza que a gestão de Paulo Rabello será extremamente exitosa”, disse. A respeito de Olinto, afirmou que a sua nomeação é sinal de reforço e qualidade técnica.

Sobre a orientação do banco, Oliveira defendeu que o BNDES “fuja” de financiar projetos de empresas que têm acesso ao mercado de capitais, focando em projetos com retorno social, dando atenção ao setor de serviços.

O ministro afirmou ser preciso valorizar fortemente a equipe do BNDES, que, na visão dele, é bem treinada, formada e dedicada. “Essa equipe passará por provações nos próximos meses.” A valorização, destacou, é para que os funcionários sintam que a instituição tem confiança no trabalho que fazem.

Dyogo disse ainda que quer incentivar o “project finance”, que consiste na estruturação de projetos com garantias em receitas próprias que serão geradas futuramente. “Precisamos definitivamente fazer aquilo que é feito em qualquer lugar decente do mundo, que é estruturar projetos com garantias do próprio projeto”, disse.

Recuperação brasileira é frágil e sujeita a reveses

02/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A economia brasileira respirou no primeiro trimestre, mas ainda não está claro se isso significa o fim da recessão. A recuperação registrada no começo deste ano ficou concentrada em poucos segmentos e sujeita a reveses

Depois de registrar, entre janeiro e março, a primeira expansão após um longo período recessivo, o PIB corre o risco de contrair novamente entre abril e junho.

As projeções de analistas que apontam nessa direção se baseiam em dados já disponíveis para os últimos dois meses. O efeito da safra agrícola recorde ficou concentrado no início do ano.

Mesmo que continue positiva, a contribuição da agricultura para o PIB —que foi significativa no primeiro trimestre— deverá ser reduzida gradualmente.

A retomada da indústria está longe de ter se firmado. O setor tem intercalado resultados positivos com contrações.

O último dado disponível, para março, foi uma queda de 1,8% da produção industrial em relação a fevereiro, descontados efeitos sazonais. Houve queda, nessa base de comparação, nos três principais segmentos do setor: bens de capital, de consumo e intermediários.

Mas há indicadores que mostram que o pior pode ter ficado para trás. O índice de gerente de compras (PMI), divulgado nesta manhã pela consultoria IHS Markit, aponta uma aceleração da produção em maio, para seu melhor patamar em mais de quatro anos.

Por se basear em entrevistas de executivos sobre a atividade corrente do setor, o PMI é considerado um bom termômetro da indústria no presente.

Os índices de confiança de consumidores e empresários de diferentes setores também mostram que há uma percepção de melhora da economia no presente e um movimento de otimismo em relação ao futuro.

Essa tendência é considerada importante porque pode abrir espaço para um aumento tanto do consumo quanto do investimento.

O problema é que pairam dúvidas sobre a sustentabilidade da melhora da confiança no contexto atual de agravamento da crise política.

Um motor importante do aumento do otimismo era o ritmo acelerado que o Banco Central havia imprimido à queda de juros.

[Ao reduzir a taxa básica Selic](#) nesta quinta-feira de 11,25% para 10,25% ao ano, a autoridade monetária indicou claramente —como era esperado pelo mercado— que deverá [ser mais parcimoniosa](#) de agora em diante.

Essa mudança de tendência somada ao [desemprego recorde](#) —que atingiu 13,6% no trimestre encerrado em abril— tendem a frear a recuperação em curso.

E sem avanço das reformas consideradas importantes para contenção dos gastos públicos —como a da Previdência— existe o risco, inclusive, de que o país continue estagnado.

[PIB do 1º trimestre mostra que economia começa a melhorar, diz Delfim Netto](#)

02/06/2017 – Fonte: EM.com

O economista Delfim Netto avalia que os dados do Produto Interno Bruto (PIB), divulgados nesta quinta-feira, 1, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que a economia brasileira está começando a melhorar e pode ter crescimento moderado em 2017.

A previsão de Delfim é que a expansão fique entre 0,2% e 0,4%. Já a taxa básica de juros, a Selic, deve seguir em queda e ficar próxima a 8%, na estimativa de Delfim, que participou hoje de seminário sobre agronegócio promovido pela B3.

Delfim ressaltou que o Brasil passa por um momento de "absoluta incerteza" política, por conta da indefinição sobre o futuro do presidente Michel Temer. "A incerteza mata o espírito animal", disse ele, ressaltando que a turbulência pode afetar a atividade e as reformas estruturais no Congresso.

O ex-ministro defendeu a permanência de Temer no cargo e se posicionou contra a proposta de eleições diretas neste momento. "A eleição direta é absolutamente impossível. A Constituição define claramente a eleição indireta", disse ele.

Uma das possíveis soluções para a crise política, disse Delfim, seria o Supremo Tribunal Federal (STF) transferir o início do processo contra Temer para 1º de janeiro de 2019, ou seja, deixando o presidente terminar seu mandato. Para ele, não é uma eleição direta que vai resolver o problema agora. "Não cai nada do céu. Deus se cansou do Brasil", disse Delfim, arrancando risadas da plateia.

A crise política ameaça acabar com todas as conquistas até agora de Temer, ressaltou Delfim. Apesar disso, o País vai saber superar esta situação. "A crise não é o fim do Brasil."

No caso das reformas, o economista acredita que a reforma trabalhista deve ser aprovada. Para a Previdência, ele prevê que pelo menos a criação de uma idade mínima para a aposentadoria deve passar.

Em sua palestra na B3, Delfim Netto também defendeu a Operação Lava Jato. A investigação contra corrupção é um ponto de inflexão no Brasil. "Pode ter trazido alguns problemas de curto prazo, mas é o Brasil começando a se organizar." A operação policial põe fim à "relação incestuosa entre governo e setor privado."

A situação fiscal do Brasil ainda está muito deteriorada, comentou o ex-ministro. Delfim mencionou que o déficit nominal, que inclui o pagamento de juros, está na casa dos 9%. O déficit primário está em 2,2% e a relação entre a dívida bruta e o PIB em 74%.

CAE deve votar na terça relatório sobre reforma trabalhista

02/06/2017 – Fonte: Senado Notícias



- Saiba mais
- [PLC 38/2017](#)

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar na terça-feira (6), a partir das 10h, a proposta de reforma trabalhista do governo federal ([PLC 38/2017](#)). O relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) é favorável à aprovação da matéria, sem fazer alterações no texto recebido da Câmara dos deputados, mas recomenda seis vetos ao presidente Michel Temer.

Senadores de oposição apresentaram três votos em separado (relatórios alternativos) defendendo a rejeição completa da proposta. Um deles é assinado por cinco representantes do PT na comissão: Fátima Bezerra (RN), Gleisi Hoffmann (PR),

Lindbergh Farias (RJ), Paulo Paim (RS) e Regina Sousa (PI). Os outros foram apresentados individualmente pelas senadoras Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), deve conceder a palavra, no início da reunião, para que os senadores oposicionistas leiam seus votos em separado. Com isso, a reunião pode se prolongar, pois os votos são acompanhados de justificações extensas para concluir pela rejeição integral da proposta.

Depois da votação na CAE, a reforma trabalhista passará por outras duas comissões antes de chegar ao Plenário do Senado: Assuntos Sociais (CAS) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A ordem de apreciação nessas duas comissões foi invertida a partir de um requerimento aprovado na última quarta-feira (31), de modo que a CCJ será o último colegiado a dar parecer sobre a proposta antes da análise em Plenário.

Acordo

A base do governo e a oposição firmaram um acordo na semana passada para garantir a discussão da reforma trabalhista na CAE antes da votação. Ricardo Ferraço leu o seu relatório na última terça-feira (30) e os membros da comissão puderam fazer comentários. A sessão foi reservada apenas para o debate, deixando a votação para a semana seguinte.

Mesmo com o acordo, a oposição ainda questiona o andamento da proposta. A senadora Vanessa Grazziotin cobra o envio do projeto para a Mesa do Senado a fim de que seja analisado o seu requerimento de anexação de outras propostas que tratam de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O pedido foi rejeitado pela CAE, mas ela informou que vai recorrer da decisão ao Plenário.

A passagem da reforma pela comissão tem sido polêmica. A leitura do relatório foi impedida pelos oposicionistas na primeira vez que ele entrou em pauta, numa reunião tumultuada. Depois disso, o presidente Tasso Jereissati deu o texto como lido e determinou o prosseguimento da tramitação, mas a decisão foi revertida com o acordo feito com a oposição.

Vetos

O relator Ricardo Ferraço rejeitou as mais de 200 emendas apresentadas ao projeto e não fez mudanças no texto recebido da Câmara dos Deputados, para garantir que a matéria não retorne àquela Casa. No entanto, Ferraço recomendou que seis pontos do texto sejam vetados pelo presidente da República, Michel Temer.

O relator avaliou que são temas polêmicos e que merecem mais estudos e debates. Caso sejam vetados, eles poderão ser novamente apreciados pelo Parlamento, sugeriu Ferraço, por meio de projetos de lei específicos ou de medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo.

Juízes e advogados disputam retroatividade de terceirização

02/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Uma decisão de um juiz do Trabalho de Minas Gerais abriu uma discussão sobre o que deve acontecer com casos de terceirização que estão em tramitação na Justiça.

O magistrado entendeu que a lei torna lícita a terceirização mesmo se a relação de trabalho aconteceu antes da sanção da regra.

"Conceitos jurídicos indeterminados como eram o de atividade-fim" foram eliminados, escreveu o juiz do Trabalho Marco Treviso.

A discussão deve ser levada a instâncias superiores, afirma Carlos Cardoso, sócio do Siqueira Castro.

O argumento favorável à retroatividade é que não havia lei, só súmula do TST.

"A nova lei dá clareza sobre o tema", diz Cardoso.

Foi o que escreveu Treviso, o juiz de Minas Gerais: "Se havia dúvidas sobre a aplicabilidade da súmula, com a lei isso deixou de existir, porque a norma disciplinou, de forma integral, a situação".

A decisão não tem unanimidade. "A regra é a irretroatividade —a lei rege os fatos a partir do momento em que é publicada", diz Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra (associação dos magistrados do trabalho).

Defensores da retroatividade esperam um confronto com o TST, diz Luanna Costa, sócia do Azevedo Sette.

"Eles vão tentar construir entendimento jurídico que só se aplique em contratos [de trabalho] daqui para frente."

Reformas não são questão política, mas de solvência, diz Santander

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente executivo do Santander Brasil, Sérgio Rial, afirmou nesta quinta-feira, 1, que as reformas macroeconômicas defendidas pelo governo "não são de questão política, são de solvência".

Para ele, elas são necessárias para "não vivermos em um País concordatário". As declarações foram dadas durante a palestra de encerramento do seminário Perspectivas para o Agribusiness 2017 e 2018, promovido pela B3, em São Paulo.

Conforme Rial, "em uma democracia, as reformas nunca serão tudo aquilo que os economistas gostariam". Mas ele destacou que são um trabalho importante. "A reforma da Previdência não termina nem começa agora. É o início de um processo de reformas, que precisará ocorrer nos próximos 15 anos", explicou.

Rial disse ainda que a economia do País dá sinais de melhora e que o "grau de incerteza" hoje é "menor do que aquele que vivemos anos atrás". "Apesar da crise, não vimos uma grande volatilidade (nos ativos), dada a própria situação do País, a equipe econômica e as reservas internacionais", concluiu.

Micro e pequenas empresas serão foco do BNDES

02/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O novo presidente do BNDES, o economista Paulo Rabello de Castro, assume o banco com uma "encomenda" do governo: ampliar o financiamento às micro, pequenas e médias empresas.

A encomenda foi repassada pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, no dia da posse do economista, nesta quinta-feira (1º), na sede do banco, no Rio.

Em discurso durante a posse de Rabello, Oliveira afirmou que o presidente Michel Temer "encomendou para breve um conjunto de medidas" com o objetivo de ampliar os financiamentos de pequenas empresas, principalmente no setor de serviços.

Uma das medidas, disse Oliveira, seria transformar o cartão BNDES, hoje um dos principais produtos do banco, em uma espécie "cartão de crédito" voltado para o pequeno e médio empresário.

Segundo ele, o objetivo é desburocratizar a concessão de financiamento para essa camada do empresariado.

As novas diretrizes são complementares às divulgadas há cerca de um ano, quando Maria Silvia Bastos Marques assumiu o banco, com a missão de diversificar a carteira da instituição, que por anos foi vista como o banco das grandes empresas.

Oliveira também indicou que o BNDES tem de continuar como um provedor de crédito ao setor privado, embora a orientação da política econômica desde a posse de Michel Temer seja na direção de reduzir o tamanho do banco.

"O BNDES não pode simplesmente apagar a luz e deixar o mercado privado se resolver", disse.

"Nossa orientação é que o BNDES reduza sua participação paulatinamente, sem prejuízo dos clientes."

Também estava no escopo das mudanças um foco maior na coordenação das privatizações, que ainda não saíram do papel. Esse foco, disse Oliveira, deve continuar.

Maria Silvia, que não foi à posse do sucessor, renunciou ao comando do banco na semana passada em meio às pressões de empresários que se queixavam de que o banco interrompera as concessões de novos financiamentos.

O novo presidente, contudo, rebateu essa tese. Paulo Rabello disse, em conversa com jornalistas pouco antes de seu discurso de posse, que o que havia era falta de demanda do empresariado por financiamentos.

O economista disse que fará "muito pouca coisa diferente" de sua antecessora e que o BNDES não cria investimentos, apenas atende às demandas das empresas.

Ele disse que nunca houve falta de disposição em emprestar e ressaltou que Maria Silvia foi vítima de "gravíssima injustiça".

"Espero que não haja mais reclamações. Porque estamos assumindo aqui que, se houver demanda, haverá oferta", disse ele.

BNDES não cria investimentos, apenas atende à demanda, diz presidente

02/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Cerimônia de posse do novo presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro

No dia da divulgação de alta de 1% do PIB brasileiro no primeiro trimestre deste ano, e quando autoridades já falam que a economia deixa a recessão, o novo presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, afirmou que o banco de fomento não criará investimentos na economia.

Em sua fala, dita a jornalistas pouco antes de sua cerimônia de posse no banco, no centro do Rio, o presidente quis dizer que o banco, sim, tem capacidade de financiar investimentos. Depende, agora, da demanda das empresas por empréstimos do banco.

Rabello de Castro assumiu o banco em substituição a Maria Silvia Bastos Marques, presidente que sofria pressões do empresariado para liberar mais créditos na economia.

Ele afirmou, contudo, que se não havia empréstimos em curso, era porque não havia demanda. Ele chegou a dizer que "muito pouca coisa fará de diferente" em relação a sua antecessora.

"O BNDES não cria investimentos. Ele dá suporte, estimula investimentos. É preciso que haja o ator desse investimento, que é o empresário, principalmente o industrial de pequeno porte, aquele que é anônimo", disse.

Perguntado sobre as reclamações dos empresários, ele disse que elas não ocorrerão mais.

"Espero que não haja mais reclamações. Porque estamos assumindo aqui que, se houver demanda, haverá oferta", disse ele.

Rabello disse que "há uma injustiça gravíssima" com Maria Silvia.

Ele disse que os desembolsos começaram a cair no dia seguinte à reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, e só estabilizaram com a entrada de Maria Silvia no banco, há cerca de um ano.

A despeito da melhora do PIB, o investimento é um dos fatores da economia que resistem a melhorar.

No primeiro trimestre, o investimento no PIB recuou 1,6% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Rabello de Castro é um economista que se destaca pelas frases de efeito. Ele disse que um de seus desejos à frente do banco era botar o país novamente "para jogar bola novamente, porque a economia brasileira ainda está parada no 7 a 1".

Ele disse que o BNDES atuará como "excelente jardineiro", num momento que classificou de retomada da demanda, do início de uma "brotação", "um início de primavera".

O trabalho, disse ele, será o de uma "formiguinha de açúcar". "Todo mundo diz para ela não subir no pote, mas ela vai e acaba sendo a única a comer sozinha".

"A formiguinha prescindir à política e vamos mandar brasa", disse ele, ao tentar explicar que a agenda do banco será independente da agenda política.

Disse ainda que, diante da gravidade da crise política, o país depende muito mais de Freud do que de um economista.

JBS

Rabello de Castro defendeu ainda as antigas "campeãs nacionais", empresas que tiveram aportes do BNDES como política de estado nos governos do PT.

Ele disse que "essas empresas que a gente lincha hoje, eram as princesinhas nacionais".

Segundo ele, é preciso que não se confunda "empresários que cometeram mal feitos com empresas que empregam centenas de milhares de brasileiros e que até ontem recebiam notas de louvor".

Rabello de Castro reafirmou que fará uma avaliação de todos os financiamentos do banco nos próximos 45 dias.

Ele disse ser contra concentrações de mercado, mas afirmou que é preciso que, a despeito das denúncias de supostas irregularidades na política anterior, as empresas brasileiras sejam valorizadas.

"Vou tratar com carinho as empresas e com dureza os gestores. Não podemos jogar o bebê fora junto com a água do banho", disse.

LAVA JATO

Rabello de Castro foi questionado sobre o fato de seu genro Bruno ser um dos envolvidos na Lava Jato.

O genro de Castro é Bruno Luz, apontado como lobistas do PMDB, preso em fevereiro junto com seu pai, Jorge Luz. Os dois são suspeitos de intermediarem interesses do partido junto ao esquema na Petrobras.

O economista disse lamentar a prisão de seu genro, mas ressaltou que nunca teve qualquer relação comercial com Luz, nem conhecimento de negócios ilícitos.

"Infelizmente, devido ao acúmulo de demanda na Justiça Federal de Curitiba, as prisões preventivas estão demorando muito. Eu sinto porque meus netos sentem falta do pai", disse.

Venda total de veículos novos cresce 16,77% em maio, diz Fenabrave

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A venda de veículos novos no Brasil subiu 16,77% em maio deste ano ante maio do ano passado, para 195,5 mil unidades, informou nesta quinta-feira, 1º de junho, a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), associação que representa as concessionárias. Em relação a abril, o crescimento foi mais acentuado, de 24,63%, em razão do maior número de dias úteis em maio, quatro a mais.

Com os resultados, o mercado acumula, de janeiro a maio, expansão de 1,57%, para 824,4 mil unidades, em soma que considera automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

É a primeira vez desde 2013 que a venda de veículos novos apresenta crescimento no acumulado dos cinco primeiros meses do ano. O setor passou a enfrentar quedas antes mesmo do início da crise econômica, em função de uma diminuição da oferta de crédito para veículos.

Na média diária, as vendas em maio também cresceram em relação a maio do ano passado. O quinto mês de 2017 vendeu 8,8 mil veículos por dia, enquanto o mês equivalente em 2016 registrou ritmo diário de 7,9 mil unidades. Também houve aumento, embora mais tímido, em relação a abril deste ano, quando a média foi de 8,7 mil unidades por dia.

Os resultados positivos, no entanto, tiveram pouca contribuição do consumidor pessoa física, conhecido no setor como "varejo".

A exemplo do que ocorreu em março, a maior parte do crescimento foi causada por vendas mais expressivas para clientes pessoa jurídica, como locadoras de veículos, produtores rurais e frotistas em geral.

Os clientes pessoa jurídica foram responsáveis por 42,15% das vendas de veículos em maio. Historicamente, essa participação é de 30%. Em maio do ano passado, havia sido de 34%. Fontes do setor têm dito que o aumento das vendas para empresários é reflexo de preços mais baixos oferecidos pelas montadoras, em uma tentativa de eliminar estoque.

Para o presidente da Fenabreve, Assumpção Júnior, os números de maio confirmam uma tendência de recuperação. Ele citou o crescimento do PIB no primeiro trimestre como um sinal disso, destacando o desempenho mais forte do agronegócio.

“Esses indicadores positivos refletem diretamente em nosso setor, pois ampliam a confiança do consumidor e de empresários em investir nos produtos que comercializamos”, disse.

Segmentos

Nos segmentos de automóveis e comerciais leves, juntos, os emplacamentos somaram 190,1 mil unidades em maio, expansão de 17,26% ante maio de 2016. Sobre as vendas de abril, o crescimento é de 24,79%. E no acumulado do ano, o mercado tem alta de 2,24%, para 802.270 unidades.

Entre os caminhões, a venda atingiu 4.119 unidades em maio, avanço de 1,48% em relação ao maio de 2016 e alta de 18,06% ante abril. Já no acumulado do ano, o segmento tem queda de 18,63%.

No caso dos ônibus, foram 1.318 unidades vendidas em maio, crescimento de 2,97% em comparação com igual mês de 2016 e avanço de 24,11% em relação a abril. No entanto, de janeiro a maio, ainda há recuo, de 15,04%.

Motos anotam crescimento de 22,5% em maio

02/06/2017 – Fonte: Automotive Business



O setor de **motos** teve 79,5 mil unidades emplacadas em maio, registrando alta de 22,5% sobre abril, mês com número menor de dias úteis. Na comparação com maio do ano passado se vê uma retração de 8%.

No acumulado do ano, as 355,5 mil motocicletas vendidas registram queda de 23,7% no confronto com os mesmos meses de 2016.

Os números foram divulgados pela Fenabreve, federação que reúne as associações de concessionários.

Um fato positivo vem da média diária de licenciamentos, que permaneceu em 3,6 mil unidades pelo terceiro mês consecutivo e confirmou projeção da Abraciclo, entidade que reúne fabricantes de motos. No segundo semestre de 2016 a média diária só chegou a esse patamar em dezembro, mês aquecido pelo 13º salário.

A Honda permanece como líder isolada e muito próxima a 80% de participação do

mercado. Com 278,2 mil unidades licenciadas, registrou queda de 11,9% ante o mesmo período do ano passado.

A Yamaha teve 46,6 mil motos emplacadas e anotou retração menor, de 3,8%, por causa da boa aceitação de três modelos urbanos de baixa cilindrada, Factor 125, Fazer 150 e sobretudo da Factor 150. Elas somaram 16,9 mil unidades nos cinco meses, 36,4% de tudo o que a empresa vendeu de janeiro a maio.

A Suzuki registrou 3,4 mil unidades no ano e queda de 35,4%. Essa retração vai se acentuar durante o ano. O motivo: a J.Toledo, representante da Suzuki no País, está substituindo parte das motos de baixa cilindrada por modelos de outras marcas, Haojue (chinesa) e Kymco (taiwanesa).

Os veículos aproveitam a estrutura fabril da Suzuki em Manaus e são representados pela JTZ, espécie de braço da J.Toledo para administrar as novas marcas.

A Dafra anotou apenas 3,2 mil motos emplacadas nos cinco meses e recuou quase 50% (exatos 48,5%) ante o mesmo período do ano passado. Os estoques elevados até obrigaram a empresa a interromper a produção em abril.

Das fábricas com tradição em alta cilindrada chama a atenção o crescimento de 25,6% da Harley-Davidson, que registrou 2,1 mil emplacamentos no período. A BMW teve 2,4 mil motocicletas licenciadas e recuou 19,6%. Até o fim do ano conseguirá reverter essa situação porque seu modelo de baixa cilindrada, a G 310 R, já começou a ser montado no País.

Marun prevê aprovação da reforma da Previdência na Câmara antes de 15 de julho

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da comissão especial da reforma da Previdência na Câmara, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), afirmou nesta quinta-feira, 1, que o calendário de que “devemos e vamos seguir” prevê a aprovação da proposta na Casa antes do início do recesso parlamentar, previsto para começar em 15 de julho.

O peemedebista afirmou que pedirá ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a quem cabe pautar a matéria, que marque o início da votação para o final de junho, entre os dias 25 e 26.

“Entendo que podemos começar essa votação ainda no mês de junho, mas talvez no final do mês de junho. Temos aí a reforma trabalhista sendo votada no Senado, que também despende nossas energias.

Então, diria hoje que o calendário que devemos e vamos seguir é a aprovação na Câmara em primeiro e segundo turnos ainda no primeiro semestre (Legislativo, antes do recesso parlamentar). O presidente Rodrigo Maia é quem decide sobre isso, mas acredito que deva, talvez, ser a posição dele também”, disse Marun em entrevista à imprensa.

O presidente da comissão especial disse entender que, caso a votação da Previdência no plenário comece até 25, 26 de junho, haverá tempo hábil para concluir a apreciação da matéria na Câmara até 15 de julho, quando começa o recesso.

“Entendemos que, em iniciando essa votação até o dia 25, 26 de junho, há tempo para votarmos primeiro e segundo turnos aqui na Câmara até o dia 15 de julho. Essa seria uma data limite para que pudéssemos votar aqui em primeiro e segundo turno”, declarou.

Marun ressaltou que vai sugerir a Maia que inicie a votação nessa data. "Ela acontece depois das festas juninas, quando existe uma tradição de acompanhamento pelos parlamentares e o quórum aqui tradicionalmente não é robusto. Avaliando que é certo que a aprovação da reforma trabalhista no Senado traz ambiente positivo para PEC (da Previdência) aqui da Câmara, diria hoje que, da reunião ontem, houve muito conforto em sugerirmos essa data. Agora é uma decisão dele (Rodrigo Maia)", afirmou.

Em entrevista nesta semana, o presidente da Câmara já tinha dito que pretende colocar a reforma da Previdência em votação no plenário da Câmara antes do início do recesso parlamentar.

Ele não deu, porém, uma data específica para o início da votação. Nos bastidores, aliados de Maia afirmam que ele aguarda o julgamento que pode levar à cassação do presidente Michel Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), previsto para começar na próxima terça-feira, 6, para definir a data.

Na entrevista de hoje, Marun afirmou que, em razão da crise política, a base aliada dividiu "energias" entre a reforma da Previdência e votações no plenário, na tentativa de superar a imagem de "imobilismo" do governo. Ele disse, porém, que retomou o foco das articulações para a reforma. "Ontem, inclusive, reuni membros da base na comissão para ouvir deles um feedback em relação a quantas andam as discussões, o processo de esclarecimento de parlamentares ainda indecisos", disse.

Sem atualização, metade das montadoras vai sumir em 10 anos

02/06/2017 – Fonte: Automotive Business

No Brasil há quatro anos, o indiano Yeswant Abhimanyu percebe certa resistência das companhias automotivas para estruturar programas de inovação. Ele é gerente da área de mobilidade da Frost & Sullivan para a América Latina e avisa, no entanto, que a atualização é um caminho essencial.

"Não dá para adiar ou não fazer. A cadeia produtiva do setor precisa se digitalizar se quiser sobreviver", determina. Ele aponta que, sem um planejamento consistente, 50% das fabricantes de veículos vão deixar de existir nos próximos 10 anos.

"Com a crise nas vendas as empresas decidiram se concentrar na operação. Isso pode acontecer por um ano, mas depois elas vão precisar correr atrás da estratégia digital. Não existe a opção de passar mais tempo focados apenas na operação", diz.

Segundo a consultoria, a atualização deve passar por todos os pontos: a indústria, os carros oferecidos no mercado, a abordagem no varejo e o modelo de negócio, que sai de produto para a oferta de mobilidade como serviço (leia [aqui](#)). Segundo ele, o movimento precisa acontecer global e localmente.

Toda essa estrutura só vai parar de pé com uma boa estratégia de Big Data e Analytics, alerta. "Não estou falando da análise pontual de dados para atuar de forma reativa. É preciso integrar tudo e construir um fluxo de informações capaz de antecipar tendências."

Ele cita o exemplo dos aplicativos de mobilidade, como Uber e 99. "Estas empresas sabem com precisão o horário e o trajeto que o cliente faz para se deslocar. Ao agregar estas informações aos dados das montadoras, seria possível entender necessidades e antecipar soluções", analisa.

Abhimanyu conta que, ao menos por enquanto, as companhias instaladas no Brasil se concentram apenas em ações isoladas, como o lançamento de um veículo conectado, por exemplo, no lugar de estruturar uma estratégia completa com executivos responsáveis por conduzir estas iniciativas internamente. Na visão dele, é a

digitalização que vai levar valor ao cliente nos próximos anos e, conseqüentemente, garantir a saúde financeira do negócio.

Ele cita o exemplo da General Motors que se empenha para atualizar sua estrutura globalmente. A companhia criou a marca de carros compartilhados Maven e já começa testar o negócio no Brasil com funcionários da empresa (leia [aqui](#)).

“Eles deixaram de se preocupar tanto com market share. Não querem mais ser os primeiros do mundo em volume, mas sim oferecer as soluções mais adequadas”, resume Abhimanyu. Ele lembra do fatídico erro estratégico da Kodak, que decidiu se apoiar nos louros de vitórias do passado, não via a evolução chegar e foi da liderança à falência.

Pesados ainda têm queda nas vendas

02/06/2017 – Fonte: Automotive Business



Diferente do segmento de veículos leves que anotou o primeiro crescimento das vendas após três anos consecutivos de retração, o de pesados continua a registrar queda. Os emplacamentos de veículos comerciais pesados entre janeiro e maio ficaram 17,8% abaixo do verificado em iguais meses de 2016, ao passarem de 27 mil para pouco mais de 22,1 mil caminhões e ônibus, de acordo com dados da Fenabrave divulgados na quinta-feira, 1º.

Embora o índice negativo venha diminuindo ao longo dos meses, a categoria ainda sofre com o baixo nível da atividade econômica como um todo: nem mesmo o crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre anunciado pelo governo nesta mesma quinta-feira não foi capaz de conter as sucessivas retrações do segmento. Vale lembrar que o presidente da Fenabrave, Alarico Assumpção Júnior, sempre atrelou as vendas de caminhões ao desempenho do PIB.

O pior resultado veio dos caminhões, cujas vendas do acumulado de cinco meses ficaram 18,6% abaixo de igual intervalo do ano passado: foram 17,2 mil unidades contra as 21,2 mil de um ano antes. Os emplacamentos de ônibus não ficam muito atrás: a queda foi de 15% na mesma base de comparação, para 4,9 mil chassis licenciados.

Por outro lado, os números melhoram no comparativo mensal: em maio, as vendas de caminhões e ônibus somaram pouco mais de 5,4 mil unidades, aumento de 19,4% sobre abril. Contudo, a média diária mostra que os negócios de fato frearam: no mês passado, a média ficou em 119 unidades para cada um dos 22 dias úteis, enquanto abril este número era de 252 veículos em 18 dias úteis de vendas, uma queda expressiva de 52% da média diária.

Na comparação com maio de 2016 houve crescimento tanto para caminhões quanto para ônibus, de 1,4% e de 2,9%, respectivamente, mas ainda não há indícios de que esta tendência deve se manter.

Apesar de números ainda decadentes, a Fenabrave preferiu manter as projeções para o ano, cujos índices foram divulgados em janeiro. Para caminhões e ônibus, a previsão é de que as vendas de 2017 superem as do ano passado em 3,15%, sendo 2,8% para caminhões e 4,4% para ônibus.

Vendas de veículos voltam ao azul

02/06/2017 – Fonte: Automotive Business

As vendas de veículos voltam a registrar crescimento após três anos consecutivos de queda nas vendas. Entre janeiro e maio, os emplacamentos alcançaram as 802,2 mil unidades, considerando apenas o segmento leve, que inclui automóveis e comerciais leves.

Este volume ficou 2,24% acima do resultado de mesmo período do ano passado, quando os licenciamentos não passaram de 784,7 mil veículos, de acordo com os dados divulgados na quinta-feira, 1º, pela Fenabrave, que reúne o setor de distribuição.

O segmento leve vinha registrando índices negativos cada vez menores. Desta vez, no comparativo mensal, de maio contra abril, as vendas cresceram 24,7%, para 190,1 mil unidades. Segundo a entidade, a média diária de vendas aumentou 2,1% em maio, passando de 8.465 para 8.642 unidades. Além disso, o bom resultado do mês passado também se deve ao maior número de dias úteis: em maio foram 22, quatro a mais do que abril.

“Se mantivermos este volume de crescimento nas vendas diárias, encerraremos 2017 com o crescimento de 2,04% nas vendas destes segmentos”, afirma em nota o presidente da Fenabrave, Alarico Assumpção Júnior.

O índice também é positivo quando se compara o desempenho de maio deste ano com igual mês de 2016, que resulta em alta de 17,2%. Para Assumpção Júnior, alguns fatores na economia começam a ter efeito sobre a confiança do empresariado e do consumidor:

“A economia voltou a crescer após oito trimestres seguidos de queda”, comenta o executivo ao se referir ao leve aumento de 1% do PIB no primeiro trimestre em comparação com o último de 2016, também divulgado nesta quinta-feira.

“O agronegócio teve grande contribuição para este resultado, com avanço de 13,4%, assim como a indústria, que cresceu 0,9% no período. Esses indicadores positivos refletem diretamente em nosso setor, pois ampliam a confiança do consumidor e de empresários em investir nos produtos que vendemos”.

Para ele, como resultado desses índices, o setor de veículos começa a demonstrar certa reação, que já era esperada pela entidade.

Contudo, a Fenabrave preferiu manter as projeções para o ano, cujos índices foram divulgados em janeiro. Para automóveis e comerciais leves, a previsão é de que as vendas de 2017 superem as do ano passado em 2,04%, para 2,03 milhões de emplacamentos.

Audi anuncia novo plano estratégico até 2020

02/06/2017 – Fonte: Automotive Business



A Audi anuncia seu novo plano estratégico focado na renovação de portfólio, conforme detalhes apresentados na quinta-feira, 1º, pelo presidente do conselho de administração, Rupert Stadler. Até 2020, a montadora pretende lançar as novas

gerações de cinco dos principais modelos de sua linha atual, além de expandir a família de SUVs e lançar uma ofensiva em veículos elétricos.

“Estamos rejuvenescendo grandemente o nosso portfólio renovando cinco modelos de séries existentes até meados de 2018”, declarou Stadler. “Além disso, expandiremos nossa família Q até 2019 com dois novos modelos - o Audi Q8 e o Audi Q4 - e lançaremos nossos modelos elétricos a bateria e-tron”, completou.

Serão três modelos elétricos até 2020 e posteriormente, a Audi pretende eleger gradualmente modelos existentes no portfólio, em cada uma das linhas, para lançar uma versão elétrica.

Neste ano, o foco da montadora está voltado para as novas gerações do A7 e do A8, sendo que este último será apresentado em 11 de julho, na primeira edição do Audi Summit, em Barcelona (Espanha), novo conceito de evento que a montadora estreará para apresentar seus modelos ao redor do mundo. “Lá, vamos mostrar ao mundo tudo o que define ‘Vorsprung durch Technik’ (Progresso através da tecnologia) e nossa marca”, explicou Stadler.

O plano ambicioso da Audi em novos produtos, principalmente com a ofensiva elétrica, tem como principal alavanca a meta de atingir a proporção de um terço das vendas com modelos totalmente ou parcialmente elétricos até 2025.

Para isto, a marca está utilizando as ferramentas de sinergias do Grupo Volkswagen ao qual pertence com o objetivo de concluir seus projetos de forma mais rápida e eficiente. Prova disto é o acordo que firmou com a Porsche no mês passado para a cooperação em desenvolvimento de futuras plataformas, incluindo as dedicadas a eletrificação, a fim de aumentar a competitividade dos carros elétricos.

Além disso, a companhia planeja expandir sua gama na área de serviços digitais no futuro. Por meio do myAudi, a empresa pretende estabelecer uma plataforma com ampla gama de serviços online, que também estará aberta para provedores terceirizados, incluindo a expansão dos serviços para áreas urbanas, com a pretensão de oferecer em mais de 15 mercados em todo o mundo em até cinco anos.

Por fim, a Audi assumirá o papel de principal provedor no desenvolvimento de condução autônoma dentro do Grupo Volkswagen, a partir da nova divisão criada em março deste ano, a Autonomous Intelligent Driving, que está trabalhando em tecnologias para veículos sem motorista em ambientes urbanos e que segundo a empresa, deve ficar pronta para aplicação no início da próxima década.

Itaipu amplia presença de veículos elétricos no Brasil

02/06/2017 – Fonte: Automotive Business



A partir da segunda-feira, 5, o governo brasileiro contará com o terceiro veículo elétrico para uso oficial do Poder Executivo. Será um Renault Fluence cedido à Itaipu como parte do seu Programa Veículo Elétrico que existe há 10 anos.

A usina repassará o modelo e mais dois eletropostos em regime de comodato para o Ministério de Minas e Energia. Há pouco mais de um mês, outros dois carros elétricos,

um Fluence e um Zoe, foram entregues à sede da Eletrobrás, em Brasília, e mais dois eletropostos, pelo programa.

“É uma forma de dar nossa contribuição ambiental para a sociedade. O repasse ajuda a incentivar e divulgar a tecnologia do veículo elétrico”, afirma o diretor geral da Itaipu Binacional, Luiz Fernando Vianna.

Atualmente, a Itaipu mantém doze veículos elétricos cedidos, incluindo este que vai para o MME. Os outros onze estão na Eletrobrás, Copel, Exército, ONU Mulher, Universidade Federal de Santa Catarina e um no Paraguai, entregue ao governo. Em sua própria frota, a usina mantém 100 diferentes tipos de veículos elétricos, desde automóveis até um avião.

PROGRAMA VEÍCULO ELÉTRICO NO BRASIL

Para permitir pesquisas sobre o impacto dos veículos na rede elétrica, o Programa VE também incorporou à frota modelos que já são produzidos em série pela indústria automotiva. Entre eles, o compacto Fiat 500e e os Renault Twizy, Zoe (compactos) e o sedã Fluence ZE.

Em 2014, o programa avançou com a montagem de 32 modelos Renault Twizy em um galpão anexo ao CPDM-VE, em Foz do Iguaçu (PR), com o objetivo de viabilizar estudos para a elevação gradual do índice de nacionalização dos componentes usados nos veículos elétricos, além de preparar fornecedores de peças no Brasil e no Paraguai.

Em 2009, a Iveco produziu em parceria com a Itaipu o Daily Elétrico, e na sequência, o programa desenvolveu o primeiro ônibus 100% elétrico do País e o primeiro ônibus híbrido, movido a eletricidade e a etanol. A estreia do híbrido foi durante a Cúpula de Presidentes do Mercosul, em dezembro de 2010. A última parceira a entrar no programa, em 2015, foi a BMW, que produz o elétrico i3, também utilizado para os estudos de impacto do veículo à rede elétrica.

Em 10 anos, o programa resultou em uma economia de R\$ 240 mil, considerando que a própria empresa produz a energia que abastece os carros (se a energia fosse comprada, a economia seria de R\$ 110 mil). Em todo o Brasil, a economia seria da ordem de R\$ 100 bilhões ao ano, estima a Itaipu.

Foram rodados 836 mil quilômetros e deixaram de emitir 87 toneladas de CO2 na atmosfera, para o qual que seria necessário o plantio de quase quinhentas árvores para neutralizar seus efeitos. A eficiência energética do carro elétrico é de 90% contra 37% dos veículos movidos a gasolina. O custo da energia é de 1/5 em comparação ao combustível.

Em 2014, o programa entrou em uma nova fase, com o lançamento do Programa de Mobilidade Elétrica Inteligente (Mob-i), em parceria com o Centro de Excelência para a Inovação da Indústria Automóvel (Ceii), de Portugal, que contempla sistemas de gestão de energia para abastecimento, gestão de frota e compartilhamento de veículos elétricos, tendo como base a plataforma Mobi.me, aplicativo desenvolvido pela Ceii.

Atualmente, o Mob-i mantém um centro de operações no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu, e três projetos-piloto: o Curitiba Ecoelétrico, o Brasília Ecomóvel e o Mob-i ONU, os dois últimos desenvolvidos na capital federal. No fim de 2016, a Itaipu Binacional e PTI, em parceria com o Ceii, de Portugal, inauguraram o Sistema de Compartilhamento Inteligente (SCI), para compartilhamento de veículos elétricos.

O projeto piloto atenderá por enquanto apenas trabalhadores da própria Itaipu e PTI e é feito por meio de um aplicativo no smartphone. Inicialmente, serão utilizados 10 unidades do Renault Twizy e quatro pontos de mobilidade inteligente (PMI), que são

as estações para retirada e devolução dos carros. A ideia, no futuro, é ampliar o sistema para toda a frota de Itaipu.

Elétricos em breve mais baratos

02/06/2017 – Fonte: GS Notícias

Segundo relatório da consultoria Benchmark Minerals, os carros elétricos podem ficar mais baratos do que os equipados com motor a combustão interna. Isso porque o custo para fazer uma bateria de íon-lítio, que é padrão na indústria automotiva para veículos elétricos, vem diminuindo consideravelmente desde o início da produção em massa.

Como cerca de 40% do valor de um automóvel elétrico vem do sistema de baterias, essa redução os tornará mais competitivos. Face à diminuição dos preços, a fabricação de baterias para carros movidos a eletricidade deve dobrar até 2021.

Mercado externo

A Neobus, em parceria com a Scania, fez a entrega de 30 unidades do ônibus Mega BRT de piso baixo para o Sistema Integrado de Transportes de Tijuana, no México. O mercado externo está aquecido e tem sido importante para a manutenção dos níveis de produção e vendas da empresa.

Caminhão autônomo

A Volvo apresentou o primeiro caminhão autônomo desenvolvido no Brasil já testado em uma operação real e comercialmente viável.

O veículo é destinado ao segmento sucroalcooleiro, um dos mais importantes do agronegócio brasileiro. O VM Autônomo foi projetado para minimizar a perda de produtividade provocada pelo "pisoteamento" de soqueiras (brotos) pelo caminhão durante a colheita da cana.

Profissionais reconhecidos

Gerente de relações governamentais e institucionais da General Motors, com atuação nas fábricas de Gravataí (RS) e Joinville (SC), Daniela Kraemer recebeu o prêmio Top Mega Brasil de Comunicação Corporativa 2017 - Região Sul, organizado pela MegaBrasil em parceria com a MaxPress.

Os profissionais são eleitos após indicação de agências e executivos da área da comunicação corporativa. Nelson Silveira, diretor de comunicação da GM Mercosul, também foi agraciado.

Embarques iniciados

A Volkswagen do Brasil iniciou a exportação do recém-lançado novo up!. O modelo teve mais de 3 mil unidades enviadas a alguns dos principais mercados da América Latina: Argentina, Peru e Uruguai. Nos próximos meses, deve desembarcar no México, Colômbia e Curaçao.

New Fiesta

A Ford anunciou a produção de 250 mil unidades do New Fiesta na fábrica de São Bernardo do Campo (SP). O volume inclui somente o modelo da geração atual, montado desde 2013. Além de atender ao mercado interno, o hatch brasileiro, do segmento de compactos, é exportado para Argentina, Bolívia, Peru, Uruguai e Paraguai.

Carros para eventos

Com sede em Gramado (RS), a Super Carros Rent a Car oferece carros de luxo, como Ferrari, Porsche, Lamborghini e Rolls Royce, para organizadores de eventos. Além de

disponibilizar os veículos, a empresa ainda cuida da logística de transporte dos mesmos.

Maio positivo

A Courotec, empresa gaúcha especializada em revestimento em couro automotivo, encerrou o mês de maio registrando crescimento significativo nas vendas diretas, aquelas para clientes "pessoa física", em relação ao mesmo período do ano passado: 70%. O resultado reflete os sinais de melhora na economia brasileira, assim como as estratégias de comunicação - interna e externa - adotadas pela Courotec.

Emplacamentos de veículos atingem crescimento de 23,8% em maio

02/06/2017 – Fonte: Bem Paraná

Com avanço gradual na média de vendas diárias, mercado deve confirmar as previsões feitas pela Fenabrave e encerrar 2017 com crescimento



A Fenabrave – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores divulgou hoje, 1º de junho, o desempenho do setor automotivo no mês de maio e do acumulado de 2017.

Para o setor da distribuição de veículos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros), o mês de maio apresentou avanço de 23,8% em relação a abril. Foram emplacadas 285.766 unidades no quinto mês do ano, contra 230.837 no mês anterior. Na comparação entre os meses de maio 2017 e o mesmo mês de 2016 (264.653 unidades), o setor automotivo registrou avanço de 7,98% no período.

Já no acumulado do ano, houve queda de 7,59% para todos os setores somados. Nos primeiros cinco meses deste ano, foram emplacadas 1.228.275 unidades, contra 1.329.100 entre janeiro e maio de 2016.

Os segmentos de automóveis e comerciais leves, somados, apresentaram crescimento de 24,79% em maio em relação ao mês anterior. Foram emplacadas 190.131 unidades, contra 152.366 em abril de 2017.

Se comparado com maio do ano passado (162.148 unidades), o resultado aponta aumento de 17,26%. No acumulado do ano, esses segmentos também cresceram, registrando alta de 2,24%. Foram comercializadas 802.270 unidades neste ano, contra 784.682 no mesmo período de 2016.

Segundo o presidente da Fenabrave, Alarico Assumpção Júnior, a tendência de recuperação da economia vem se confirmando, mesmo em meio a um ambiente político incerto. "A economia voltou a crescer após oito trimestres seguidos de queda", comentou, se referindo ao aumento de 1% do PIB no primeiro trimestre, em comparação com o último de 2016.

"O agronegócio teve grande contribuição para este resultado, com avanço de 13,4%, assim como a indústria, que cresceu 0,9% no período. Esses indicadores positivos refletem diretamente em nosso setor, pois ampliam a confiança do consumidor e de

empresários em investir nos produtos que comercializamos”, disse Assumpção Júnior, complementando que, como resultado desses índices, o setor começa a demonstrar a reação já esperada pela entidade.

De acordo com o que foi apurado pela Fenabrave, a média diária de vendas, para Automóveis e Comerciais Leves, cresceu 2,1% entre abril e maio deste ano, passando de 8.465 unidades para 8.642 em maio. “Se mantivermos este volume de crescimento nas vendas diárias, encerraremos 2017 com o crescimento de 2,04% nas vendas destes segmentos”, complementou.

Previsões para 2017

A Fenabrave mantém as projeções para o mercado anunciadas no início do ano. De acordo com os estudos realizados pela Federação, o setor como um todo deverá apresentar crescimento moderado em 2017, chegando a 3,11% para todos os segmentos somados.

Para os segmentos de automóveis e comerciais leves, a expectativa é de alta de 2,04% sobre os resultados.

Já para caminhões e ônibus, a Fenabrave projeta crescimento de 3,15%, sendo 2,8% para caminhões, 4,40% para ônibus e 7,08% para implementos rodoviários.

O segmento de motocicletas, que vem sofrendo sucessivas quedas desde a crise de 2008, deverá apresentar alta estimada em 4,04%.

Para tratores e máquinas agrícolas, a previsão é chegar a um crescimento de 13,5% em 2017, reforçado pelos bons resultados do agronegócio no País.

Acompanhe, na tabela a seguir, os dados de emplacamentos de veículos NOVOS para cada segmento automotivo.

Resumo Mensal Maio de 2017								
Segmentos	2017	2017	2017	2016	2016	Variação		
	Maio (A)	Abril (B)	Acumulado (C)	Maio (D)	Acumulado (E)	(A)/(B)	(A)/(D)	(C)/(E)
A) Autos	163.294	131.507	686.619	137.429	671.011	24,17▲	18,82▲	2,33▲
B) Com. Leves	26.837	20.859	115.651	24.719	113.671	28,66▲	8,57▲	1,74▲
A + B	190.131	152.366	802.270	162.148	784.682	24,79▲	17,26▲	2,24▲
C) Caminhões	4.119	3.489	17.282	4.059	21.240	18,06▲	1,46▲	-18,63▼
D) Ônibus	1.318	1.062	4.903	1.280	5.771	24,11▲	2,97▲	-15,04▼
C + D	5.437	4.551	22.185	5.339	27.011	19,47▲	1,84▲	-17,87▼
Subtotal	195.568	156.917	824.455	167.487	811.693	24,63▲	16,77▲	1,57▲
E) Metos	79.556	64.958	355.508	86.500	466.144	22,47▲	-8,03▼	-23,73▼
F) Impl. Rod.	2.095	1.750	8.908	2.276	10.503	19,71▲	-7,95▼	-15,19▼
Outros	8.547	7.212	39.404	8.390	40.760	18,51▲	1,87▲	-3,33▼
Total	285.766	230.837	1.228.275	264.653	1.829.100	23,80▲	7,38▲	-7,59▼

Produtos novos favorecem exportação da FCA

02/06/2017 – Fonte: Tribuna PR



Os novos produtos introduzidos nas fábricas brasileiras da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) nos últimos dois anos, com qualidade global, começam a render dividendos internacionais, com sensível aumento de exportações. Este ano 42 mil Jeep Renegade produzidos em Goiana (PE) devem seguir para o México.

O Fiat Argo fabricado em Betim (MG) e lançado esta semana (leia [aqui](#)) também já tem agenda de comércio exterior: a estimativa é vender de 10 mil a 12 mil deles na Argentina, outros 8 mil/ano no México e mais 8 mil entre os principais mercados sul-americanos, como Colômbia, Perú, Chile, Paraguai e Uruguai.

“São oportunidades que se abrem quando fazemos produtos bem feitos, sem discussões quanto à qualidade ou segurança”, destaca Stefan Ketter, presidente da FCA América Latina e também chefe global de manufatura do grupo, que nos últimos dois anos inaugurou a fábrica de Goiana e modernizou Betim – que completou 40 anos em 2016. Ambas as unidades receberam investimentos bilionários que hoje as deixam em pé de igualdade com as melhores práticas mundiais, para fazer produtos com padrões globais de qualidade, que encontram demanda em mais mercados.

“As exportações (de veículos feitos no Brasil) cresceram 50% nos últimos dois anos, mas e daí? Quase tudo foi para Argentina. Exportar para um só mercado não é uma estratégia consistente. Temos de ter uma agenda intensiva para no mínimo dobrar as exportações com produtos competitivos”, avalia Ketter. Para ganhar novos mercados, o executivo enfatiza que é fundamental produzir aqui com qualidade igual ou superior de países desenvolvidos.

Com fábricas sofisticadas e produtos modernos, Ketter conta que a demanda externa pelos produtos feitos em Goiana (Fiat Toro e os Jeep Renegade e Compass) já é grande e deverá crescer em Betim também a partir de agora. Entre as novas oportunidades de exportação, o executivo cita a grande demanda global pelo Jeep Compass, além do Brasil fabricado no México, na China e a partir deste mês na Índia.

“Como México e China não conseguem dar conta de toda a demanda, principalmente da Europa, o polo de Goiana poderá eventualmente suprir essa necessidade”, prevê Ketter. (A planta indiana, em princípio, irá exportar para mercados com mão direita de direção, como África do Sul e Reino Unido, entre outros, e assim não competiria com as outras unidades que já fazem o Compass).

ROTA 2030

Ketter avalia que o novo programa de política industrial em gestação no governo, conhecido como Rota 2030, deverá dar maior capacidade de competir globalmente à indústria automotiva no Brasil. “É um trabalho completo, um estudo muito bem feito sobre a realidade da indústria nacional, todos os pontos relevantes para fortalecer o setor estão lá. E não é uma parceria política. Todos os presidentes das montadoras (instaladas aqui) debateram tema a tema e encaminharam uma proposta de consenso”, disse.

O executivo cita como exemplo dos temas em discussão no Rota 2030 a globalização do uso do etanol, uma tecnologia já amplamente dominada no Brasil. “Já existe aqui uma matriz energética sustentável. Só isso já nos deixa melhores que muitos países, já atingimos níveis de emissões que alguns têm meta de chegar só em 2020. Os signatários da COP 21 também se comprometeram a usar biomassa e já temos isso aqui em larga escala. O País não deve jogar fora essa vantagem”, destaca.

Para Ketter, com o Rota 2030 o Brasil tem chance de criar uma agenda de integração com o resto do mundo e de liderar a América do Sul. “O País não deve ficar só ligado ao Mercosul, que é importante, mas é ‘uma laranja já espremida’, é preciso ir além”, diz.

PROGRAMA PARA AUTOPEÇAS

Sobre o setor de autopeças, que hoje têm dificuldades para suprir a indústria automotiva nacional com componentes para produzir veículos com padrão global, Ketter diz que o Rota 2030 trata dessa questão com a proposta de “enviar uma

mensagem de escala” aos fornecedores, “para que sejam criados clusters de produção de certas peças com quantidade competitiva”.

Segundo ele, até agora essa mensagem era isolada, fixada no pedido de uma montadora para seu fornecedor. A ideia é que mais fabricantes de veículos, juntos, passem as informações sobre o que e quanto vão precisar comprar ao longo de um período, para dar maior segurança de demanda às fábricas de autopeças.

“Existem bons fornecedores brasileiros, mas sabemos que muitos estão à beira do abismo. Para esses existe necessidade de se criar um Refis (refinanciamento de dívidas tributárias) e linhas de crédito, para que eles possam se recuperar e voltar a produzir de forma saudável”, sustenta Ketter.

IPC da Fipe fecha maio com deflação

02/06/2017 – Fonte: Agência Brasil

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) na cidade de São Paulo, atingiu deflação de 0,05% em maio, ante alta de 0,61% em abril, e de 0,11% na última apuração, relativa à terceira quadrissemana do mês anterior. No acumulado do ano, a taxa alcançou 0,94% e, nos últimos 12 meses, 3,08%. Essa variação acumulada em um ano é a menor registrada desde janeiro.

O recuo foi puxado pelos grupos alimentação, que passou de uma alta de 1,12%, em abril, para uma deflação de 0,21%, e habitação, com queda de 0,36%, ante 0,44%. Além disso, ocorreram decréscimos em quatro dos sete grupos pesquisados, entre eles o de despesas pessoais, que passou de um aumento de 0,48% para 0,12%.

Em transportes, o índice teve alta de 0,31%, ante 0,48%. No grupo saúde, a taxa passou de 1,66% para 0,72% e, em educação, de 0,18% para 0,09%.

O único grupo em aceleração foi vestuário, que em abril tinha recuado 0,02%, e, em maio, subiu 0,12%.

Cemig coloca R\$ 6,6 bi em ativos à venda em plano de desinvestimentos

02/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Barragem da hidrelétrica de Belo Monte; Cemig conversa com sócios para vender sua parte na usina

A elétrica mineira Cemig anunciou nesta quinta-feira (1º) um plano de desinvestimentos que inclui ativos que somam valor patrimonial de R\$ 6,6 bilhões. A empresa espera ter sucesso em no mínimo 50% do programa até o primeiro semestre de 2018.

As vendas de ativos, que terão como objetivo reduzir aceleradamente a enorme dívida da companhia, incluirão o negócio de geração da controlada Light, fatias nas transmissoras Taesa e Transmineira e as participações da empresa nas grandes hidrelétricas de Santo Antônio e Belo Monte.

Na Taesa, a Cemig venderá 19% dos 31,5% que detém. Nas grandes hidrelétricas, buscará vender todas as participações.

A companhia também pretende se desfazer das subsidiárias de gás e telecomunicações, Gasmig e Cemig Telecom, e encontrar um sócio estratégico para a controlada de geração limpa Renova Energia.

O diretor de Desenvolvimento de Negócios da Cemig, Cesar Vaz de Melo, disse que o objetivo do plano é reduzir a relação entre dívida líquida e geração de caixa da empresa a um patamar "aceitável" de 2,5 vezes, ante 4,21 vezes no final do primeiro trimestre de 2017.

Segundo ele, muitas das negociações pelos ativos já estão em estágio avançado, e em alguns casos já há propostas não vinculantes feitas por interessados.

"Não há dúvidas da administração da Cemig com relação à efetiva venda desses ativos. Agora sim com propostas que já estão maduras, negociadas e renegociadas", disse Melo.

Também estão na lista de desinvestimentos pequenas hidrelétricas e subsidiárias com portfólio de projetos na área, como as usinas Cachoeirão, Pipoca e Paracambi e as subsidiárias Guanhães Energia, Brasil PCH e Espra.

O plano foi divulgado por meio de comunicado ao mercado.

NEGÓCIOS EM ANDAMENTO

Executivos da Cemig disseram que esperam receber ainda nesta semana uma proposta para entrada de um sócio estratégico em sua controlada Renova Energia, o que acabaria com a necessidade de injetar recursos na empresa.

Já a Light Energia, com ativos de geração, deve ser vendida para a Aliança, uma joint venture da Vale com a Cemig que opera uma série de hidrelétricas.

Em Santo Antônio e Belo Monte, que estão entre as maiores hidrelétricas do Brasil, a Cemig tem conversado com outros sócios dos empreendimentos para conduzir as vendas.

Mas em Belo Monte a prioridade neste momento é resolver algumas pendências, como a venda de uma fatia da energia da usina que ainda está descontratada.

"A gente estrategicamente está resolvendo os principais problemas de Belo Monte antes de colocar esse ativo à venda... Mas de qualquer maneira já estamos em um processo de seleção dos assessores [para a negociação]", disse Melo.

Além dessas operações, a Cemig pretende negociar com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a devolução da hidrelétrica de Itaocara. A empresa e a Light arremataram o projeto em leilão, mas não têm recursos para construir a usina.

"Itaocara perdeu muita rentabilidade, estamos negociando com a Aneel para a gente entregar a concessão", disse o diretor.

REPERFILAMENTO DA DÍVIDA

A Cemig também pretende rever o perfil de sua dívida, que concentra mais de R\$ 10 bilhões em vencimentos até 2019.

O diretor financeiro da companhia, Adézio Lima, disse que a ideia da elétrica é captar entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão com a emissão de "eurobonds" e utilizar esses recursos para pagar parte dos compromissos em 2017, 2018 e 2019.

Além disso, a Cemig quer negociar com os bancos com quem tem débitos para ganhar três anos de carência e cinco anos de prazo para os pagamentos.

Com isso, a empresa jogaria boa parte dos vencimentos para a partir de 2020, com grande concentração das dívidas em 2024.

Mudança no ISS trará aumento de custos relevante ao setor de cartões

02/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



As empresas do setor de cartões de crédito devem avaliar a saída de cidades menores e o aumento de custos a lojistas após mudanças de regras na cobrança de ISS (Imposto Sobre Serviços) para o setor.

Como resultado de derrubada de veto do presidente Michel Temer pelo Congresso na terça-feira (30), o tributo devido pelas operações com cartões passa a ser pago onde o serviço foi prestado, não mais na cidade sede da empresa.

Segundo Ricardo Vieira, diretor executivo da Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), o setor irá cumprir a nova exigência. Porém, ela trará aumento de custos relevante ao criar a obrigação de acompanhamento de alíquotas e regras de tributação dos 5.570 municípios brasileiros. "Se o custo para atender uma cidade superar o que a empresa ganha nela, a companhia não vai trabalhar no prejuízo. E aumentar o preço cobrado do lojista pode ser tão ruim para todos que talvez não valha a pena seguir no local". afirma.

Vieira diz que cada empresa, de acordo com sua estratégia, definirá como absorver o impacto da nova regra, seja aumentando os custos cobrados de lojistas, seja diminuindo o número de cidades que atende.

"Isso vai na contramão do processo de inclusão financeira e de interiorização de nossos serviços", diz.

A Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde) afirmou na quarta (31) que 70% dos municípios brasileiros correm risco de ficar sem os serviços de seus associados, como resultado da mesma mudança na lei.

A saída de cidades menores ocorreria por elas terem menos de 1.000 beneficiados de planos. O aumento de custos para atendê-las, criados pela nova lei, tornaria o atendimento delas inviável economicamente.

CONCENTRAÇÃO

A mudança na distribuição do ISS tem como objetivo reduzir a concentração de arrecadação na divisão do imposto. Segundo a CNM (Confederação Nacional dos Municípios), defensora da medida, 35 cidades concentram 63% do ISS recolhido no país.

Vieira, da Abecs, afirma que a lei não cumpre adequadamente esse fim, pois a divisão de arrecadação deve trazer poucos ganhos por cidade - o que seria injustificável frente às dificuldades criadas para o setor.

Ele afirma que, considerando uma alíquota de 2%, o setor de cartões gera R\$ 526 milhões em ISS. Caso o valor seja dividido pelos 5.570 municípios (supondo uma repartição linear, o que não acontece na prática), cada cidade arrecadaria R\$ 7.800 ao mês de ISS.

Caso se considere que 30 cidades concentram mais de 60% das transações de cartão de crédito, chega-se a uma arrecadação mensal média de R\$ 3.000 para as demais cidades, diz.

Eduardo Tadeu Pereira, presidente da ABM (Associação Brasileira de Municípios), diz que mesmo valores aparentemente pequenos (como R\$ 100 mil ou R\$ 200 mil ao ano) podem ser importantes para o orçamento de municípios menores.

Segundo ele, a nova divisão de impostos garante uma divisão de arrecadação justa entre as cidades, em que cada uma fica com o imposto referente ao que foi gasto em seu território.

Ele concorda que há desafios técnicos para a implantação da cobrança de ISS como prevista na lei. Segundo ele, é importante que o governo converse com municípios para definir o melhor mecanismo para o pagamento de impostos para as cidades de modo descentralizado.

CNI defende a inclusão de termelétricas na base do sistema elétrico

02/06/2017 – Fonte: CNI

Soluções para ampliação das térmicas foram debatidas em reunião do Conselho de Infraestrutura da CNI. Consultor da CNI sugere que o planejamento do setor inclua uma política de longo prazo



Seguindo uma tendência internacional, o sistema elétrico brasileiro encontra-se em plena transformação. Apesar do grande potencial hidrelétrico ainda disponível, o padrão de expansão da matriz de geração brasileira apresenta sinais de esgotamento, em decorrência da inviabilidade de construção de novas usinas com reservatórios de armazenamento e também da penetração das novas energias renováveis intermitentes - as fontes eólica e solar.

O tema foi debatido nesta quarta-feira (31), em Brasília, durante reunião do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Coinfra.

Este cenário descrito acima acarreta no aumento da dependência de fontes despacháveis (de utilização imediata), como as termelétricas, que, no Brasil, são tradicionalmente concebidas para complementar a geração hidráulica.

No entanto, a operação do parque térmico acionado em momentos de baixa produção de energia, com baixos custos fixos, mas elevados custos variáveis, pode ocasionar valores insustentáveis em cenários cada vez mais prováveis de acionamento frequente e duradouro das térmicas.

Consultor responsável pela elaboração de um estudo da CNI sobre termelétricas, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Edmar Almeida defende que o planejamento do setor elétrico inclua uma política de longo prazo para as térmicas de produção contínua, com um plano que envolva também o setor de gás.

“Toda vez que a caixa d’água esvazia, temos que chamar o carro pipa. É isso o que ocorre com as termelétricas quando chove menos. Há um novo paradigma de operação no setor elétrico brasileiro em função das transformações que vêm ocorrendo. Se nada for feito, vamos ter que acionar as termelétricas emergenciais, e isso custará cada vez mais caro”, afirmou Almeida.

Para ele, em um cenário de utilização crescente de térmicas, a viabilização de centrais com produção mais contínua, respaldadas por contratos de combustível de longo prazo menos custosos, é fundamental para a sustentabilidade futura do setor elétrico nacional. Já a maior frequência da geração térmica pode possibilitar o aproveitamento de recursos domésticos mais competitivos.

O consultor da CNI acrescentou que a metodologia atual de contratação impõe riscos muito elevados aos projetos térmicos, uma vez que há penalidades elevadas por não geração de energia, além do fato de os contratos exigirem suprimento flexível de gás, o que, em geral, aumenta os custos.



CONJUNTURA HIDROLÓGICA – Outro tema debatido na reunião, comandada pelo presidente do Coinfra e da FIEMG, Olavo Machado Junior, foi a situação hidrológica do país. Hoje, mais de 64% da energia produzida no Brasil vem de matriz hidrelétrica. O consultor da CNI Carlos Senna alertou que, se os reservatórios das usinas de Três Marias (MG) e Sobradinho (BA) voltarem a enfrentar a pior situação hidrológica que já experimentaram, em 2014 e 2016, respectivamente, haverá esgotamento de ambos em novembro deste ano. Ele observou que, hoje, o preço real da energia paga pelo consumidor corresponde à metade do valor real da conta.

Maio tem maior superávit mensal da história

02/06/2017 – Fonte: MDIC

No acumulado do ano, saldo comercial é de US\$ 29 bilhões, com crescimento de 47,5% sobre mesmo período do ano passado

Com exportações de US\$ 19,792 bilhões e importações de US\$ 12,131 bilhões, maio teve o maior superávit mensal já registrado: US\$ 7,661 bilhões. Em relação a maio de 2016 (US\$ 6,433 bilhões) o saldo positivo apresentou um crescimento de 19%. Os números foram divulgados hoje pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Durante a entrevista coletiva para comentar os dados mensais, o diretor do Departamento de Estatística e Apoio à Exportação do MDIC, Herlon Brandão, atribuiu o resultado ao crescimento tanto das exportações quanto das importações, no mês. Na avaliação de Brandão, “é um resultado bastante significativo e reforça o bom desempenho que a balança comercial vem apresentando ao longo do ano”, disse.

[Acesse os dados completos da balança comercial](#)

[Veja a apresentação dos dados da balança comercial](#)

Em relação a maio de 2016, pela média diária, as exportações apresentam crescimento de 7,5%. Na comparação com abril de 2017, houve retração de 8,4%. Nas importações, em relação à média diária de maio do ano passado, houve aumento de 4%. Já na comparação com abril último, também pela média diária, houve queda de 7,4%.

De janeiro a maio de 2017, as exportações já somam US\$ 87,932 bilhões, o que representa crescimento de 18,5% sobre o mesmo período de 2016, pela média diária. Nas importações (US\$ 58,9 bilhões) houve aumento de 8,4%, no mesmo comparativo. A corrente de comércio alcançou US\$ 146,832 bilhões, um aumento de 14,2% sobre o mesmo período anterior, também pela média diária.

Nos cinco meses, o saldo comercial supera os US\$ 29 bilhões, valor 47,5% acima do alcançado no mesmo período de 2016 (US\$ 19,682 bilhões). O superávit do período também é recorde histórico. Com esse resultado, de acordo com Brandão, o MDIC mantém a previsão de saldo superior a US\$ 55 bilhões para o ano.

Brandão destacou o impacto positivo do índice de preços, no período, sobre os produtos brasileiros exportados: 19,7%. Nessa análise, foram observadas altas nos preços de produtos como minério de ferro (94,1%), petróleo (68%), soja (8%), veículos de carga (5%) e automóveis (1,8%).

Já o índice quantum, que mede o desempenho dos volumes exportados, retraiu 0,8%. "Primeiramente, é importante destacar que este é um excelente resultado da balança comercial. E essa pequena retração do índice quantum foi impactada pelos embarques de milho, que foram 78,6% menor que o verificado nos cinco primeiros meses de 2016, por conta de quebra da safra brasileira do grão", disse.

PIB

O IBGE divulgou hoje o resultado do PIB brasileiro no primeiro trimestre do ano. Na comparação com o último trimestre de 2016, houve crescimento de 1%. Segundo análises da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do MDIC, no período, as exportações de bens e serviços, cresceram 4,8%. "O desempenho das exportações certamente contribuiu para o bom resultado do PIB", disse Herlon.

Maio de 2017

No mês, em relação a maio de 2016, cresceram as exportações de semimanufaturados (+16,4%) e básicos (+11,6%), enquanto retrocederam as vendas de produtos manufaturados (-1,2%).

Entre os semimanufaturados, aumentaram as vendas de semimanufaturados de ferro e aço (+63,7, principalmente açúcar em bruto (+46%), ferro fundido (+42,1%), celulose (+29%), madeira serrada (+22,5%) e couros e peles (+3,5%).

Nos básicos, cresceram as vendas de milho em grão (+922,3%), petróleo em bruto (+94,2%), minério de cobre (+62,5%), minério de ferro (+17,5%), café em grão (+17,2%) e soja em grão (+7,7%).

Nos manufaturados, caíram as vendas de motores e geradores elétricos (-22,5%) e polímeros plásticos (-4,4%). Por outro lado, cresceram as vendas principalmente de tratores (+91,4%), laminados planos (+68,3%), açúcar refinado (+53,1%), e automóveis de passageiros (+53%), entre outros.

Por mercados compradores, ampliaram-se os embarques para os seguintes destinos: América Central e Caribe (+36,8%, por conta, principalmente, de petróleo em bruto, óleos combustíveis, suco de laranja congelado, celulose, e carne de frango), África (+23,9%, em decorrência de açúcar, minério de ferro, soja em grão, carne de frango, zinco em bruto), Estados Unidos (+21,6%, por conta de semimanufaturados de ferro e aço, petróleo em bruto, máquinas para terraplanagem, celulose, carne bovina), Oriente Médio (+18,2%, principalmente por conta de açúcar, milho em grão, farelo de soja, chassis com motor, laminados planos, tubos de ferro fundido), Mercosul (+16,8%, sendo que as vendas para a Argentina cresceram 21,7%, por conta de automóveis de passageiros, veículos de carga, tratores, autopeças, semimanufaturados de ferro e aço, máquinas para terraplanagem, soja em grão) e Ásia (+16,2%, sendo que para a China as vendas cresceram 10,6%, por conta de soja

em grão, minério de ferro, petróleo em bruto, celulose, aviões, minério de cobre, couros e peles).

Nas importações, em maio, cresceram as compras de combustíveis e lubrificantes (+30,2%), bens de consumo (+20,2%) e bens intermediários (+1,5%), e retrocederam as importações de bens de capital (-20,7%). No grupo dos combustíveis e lubrificantes, o crescimento ocorreu principalmente pelo aumento dos preços de carvão, óleo diesel, petróleo em bruto, gasolina exceto para aviação, gás natural, coque de hulha, óleos lubrificantes.

No segmento de bens intermediários aumentaram as aquisições de álcool etílico, partes de aparelhos de telefonia e de tv, e catodos de cobre. No segmento de bens de consumo, os principais aumentos foram observados nas importações de produtos imunológicos, automóveis de passageiros, medicamentos, frações de sangue, salmão, arroz, e alhos frescos.

Por mercados fornecedores, na comparação com maio de 2016, aumentaram as compras originárias dos principais mercados: Oceania (+241%, por conta de carvão, sulfato de amônio, laminados planos, aparelhos transmissores e receptores, e ligas de alumínio), Mercosul (+17%, sendo que as importações da Argentina cresceram, 20,5%, por conta de veículos de carga, trigo em grão, cevada em grão, alhos comuns e ônibus) e Ásia (+9,7%, sendo que as compras da China cresceram 7,3%, por conta de dispositivos semicondutores, laminados planos, coques e semicoques, circuitos integrados, partes de aparelhos transmissores e receptores, máquinas automáticas, autopeças, adubos e fertilizantes).

Acumulado do ano

Nos cinco primeiros meses de 2017, houve crescimento nas vendas das três categorias de produtos: básicos (+27%), semimanufaturados (+15,3%) e manufaturados (+8,9%). Em relação aos básicos, houve aumento nos embarques de petróleo em bruto (+133,4%), minério de ferro (+94,7%), carne suína (+28,7%), minério de cobre (+21,2%), soja em grão (+20,7%), carne de frango (+10,0%) e café em grão (+9,1%).

Dentro dos semimanufaturados, os maiores aumentos ocorreram nas vendas de: semimanufaturados de ferro e aço (+79,6%), ferro fundido (+43,6%), açúcar em bruto (+34,0%), óleo de soja em bruto (+22,8%), madeira serrada (+20,7%), ferro-ligas (+10,5%) e celulose (+3,1%).

No grupo dos manufaturados, ocorreu crescimento principalmente em: óleos combustíveis (+165%), veículos de carga (+60,9%), açúcar refinado (+58,5%), automóveis de passageiros (+49,5%), tratores (+38,7%), laminados planos (+29,3%) e máquinas para terraplanagem (+24,1%).

Os principais mercados compradores, no período, foram Ásia (+28,5%, sendo que as vendas para a China cresceram 36,9% por conta de minério de ferro, petróleo em bruto, soja em grão, celulose, óleo de soja em bruto, ferro-ligas) América Central e Caribe (+21,7%, por conta de petróleo em bruto, óleos combustíveis, papel e cartão, celulose, minério de ferro, semimanufaturados de ferro e aço), Oriente Médio (+21,8%, minério de ferro, açúcar, munições de caça e esporte, carne de frango e bovina, automóveis de passageiros), Estados Unidos (+21,8%, petróleo em bruto, semimanufaturados de ferro e aço, partes de motores e turbinas para aviação, automóveis de passageiros, óleos combustíveis, minério de ferro, hidrocarbonetos, ferro fundido, carne bovina), Mercosul (+19,7%, sendo que para a Argentina as exportações cresceram 25,5%, por conta de automóveis de passageiros, veículos de carga, máquinas para uso agrícola, máquinas para terraplanagem, tratores, semimanufaturados de ferro e aço, autopeças, ônibus), África (+9,6%, açúcar, minério de ferro, carne de frango, zinco em bruto, óxidos e hidróxidos de alumínio, trigo em grão, tubos de ferro fundido, carnes salgadas) e União Europeia (+3,9%, minério de

ferro, petróleo em bruto, semimanufaturados de ferro e aço, óleos combustíveis, soja em grão, hidrocarbonetos, ferro-ligas, ferro fundido, preparações de carne de peru).

Nas importações, no acumulado de janeiro a maio de 2017, quando comparado com igual período anterior, houve crescimento em combustíveis e lubrificantes (+23,9%), bens intermediários (+13%) e bens de consumo (+4,8%), enquanto que decresceram as compras de bens de capital (-19,4%).

Por mercados fornecedores, cresceram as compras originárias dos principais mercados: Oceania (+118,4%, por conta de carvão, alumínio em bruto, inseticidas, ligas de alumínio, artigos de prótese, sulfato de amônio, medicamentos, alumínio em desperdícios, miudezas bovinas), África (+10,4%, naftas, adubos e fertilizantes, ureia, carvão, fosfatos de cálcio, produtos hortícolas), Estados Unidos (+10,4%, óleos combustíveis, etanol, carvão, gasolina, medicamentos, soda cáustica, algodão em bruto, coque de petróleo, motores para veículos e partes), Ásia (+12,3%, sendo que as importações da China cresceram 8,9%, por conta de dispositivos semicondutores, aparelhos transmissores e receptores e partes) e Mercosul (+7,1%, sendo que as importações da Argentina cresceram 8,1% por conta de trigo em grão, milho em grão, cevada em grão, alhos comuns, polímeros plásticos, ônibus, naftas e gás propano).

Futuros do minério de ferro na China se recuperam após seis dias de quedas

02/06/2017 – Fonte: Reuters



Os futuros do minério de ferro na China subiram quase 2 por cento nesta sexta-feira, encerrando uma sequência de queda de seis dias, embora as perspectivas para a matéria-prima para a produção de aço permaneçam desanimadoras em meio à ampla oferta.

Os preços mais fracos do aço também limitaram os ganhos no minério de ferro, com os futuros do vergalhão de aço em Xangai registrando queda pela sétima sessão consecutiva.

O contrato mais ativo do minério de ferro na bolsa de Dalian fechou em alta de 1,9 por cento, a 429,50 iuanes (63 dólares) por tonelada. O contrato tocou uma mínima de seis meses de 415 iuanes na quinta-feira e recuou mais de 5 por cento na semana até agora.

"A demanda por reabastecimento também foi moderada por relatos de que várias usinas siderúrgicas chinesas estavam revendendo as cargas de minério de ferro adquiridas por meio de contratos de longo prazo", disse o analista do Commonwealth Bank of Australia, Vivek Dhar, em nota.

"Os elevados estoques de portos chineses também pesaram sobre os preços."

O contrato mais ativo do vergalhão de aço na bolsa de Xangai caiu 2,2 por cento, para 3.026 iuanes por tonelada nesta sexta-feira, marcando o sétimo dia consecutivo de queda.

No mercado físico, o minério de ferro na China subiu mais de 3 por cen para 57,79 dólares por toneladas.

Receita da exportação de minério do Brasil cresce pouco em maio apesar de fortes embarques

02/06/2017 – Fonte: Reuters

A receita com as exportações de minério de ferro do Brasil em maio cresceu pouco ante abril, apesar de um forte aumento dos embarques, como reflexo da recente queda dos preços da commodity no mercado internacional, apontaram dados publicados nesta quinta-feira pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

A receita com as exportações de minério de ferro do Brasil em maio cresceu apenas 1,8 por cento ante o mês anterior, para 1,651 bilhão de dólares, enquanto os embarques cresceram 46 por cento no mesmo período, para 35,111 milhões de toneladas, mostraram os dados.

O resultado ocorreu devido à queda do preço médio do minério de ferro vendido pelo país para 47 dólares por tonelada em maio, ante 67,5 dólares em abril.

O resultado é um importante indicativo da receita da mineradora Vale, maior produtora global da commodity e dominante nas exportações do produto nacional, que vinha se beneficiando de uma recuperação dos preços no último ano.

Os preços spot do minério de ferro já caíram 40 por cento desde o pico no ano, fechando maio a 57 dólares por tonelada, menor nível em mais de sete meses.

Já as vendas externas petróleo somaram 3,53 milhões de toneladas em maio e acumularam receitas de 1,084 bilhão de dólares, mais que o dobro do mesmo mês de 2016.

O desempenho das vendas externas do petróleo reflete o avanço da produção da Petrobras e de suas sócias no pré-sal e a baixa demanda pela commodity nas refinarias nacionais, devido à fraqueza no consumo de combustíveis no país.

Perspectiva negativa do país foi por risco político, diz Moody's

02/06/2017 – Fonte: Exame

Após a mudança, a agência tomou 63 diferentes ações de rating envolvendo empresas não financeiras, bancos, companhias de infraestrutura e governos do país



A recente mudança na perspectiva da nota de crédito Ba2 do Brasil pela Moody's, de estável para negativa, reflete a maior incerteza em torno das reformas políticas, na esteira dos recentes eventos políticos, e a crescente ameaça à recuperação do País e à força de sua economia no médio prazo, segundo a agência de classificação de risco. "As denúncias de corrupção contra o presidente do Brasil (Michel Temer) elevam o risco de reverter a estabilização econômica", avaliou a Moody's em nota.

Após a mudança na perspectiva do Brasil, a Moody's tomou 63 diferentes ações de rating envolvendo empresas não financeiras, bancos, companhias de infraestrutura e governos regionais e locais do País. Desse total, 57 ações foram de mudança da perspectiva para negativa. As demais confirmaram a perspectiva e os ratings atuais. A perspectiva de 16 grandes empresas e de 23 instituições financeiras foi alterada para negativa, ressaltou a Moody's.

A agência também destacou a mudança da perspectiva do Estado de São Paulo (Ba2) e da cidade do Rio de Janeiro (Ba2/Aa2.br), igualmente para negativa.

Segundo a Moody's, os últimos acontecimentos no cenário político provavelmente afetaram a capacidade do governo federal de concluir a reforma da Previdência, que é considerada fundamental para que o rápido avanço nos gastos com funcionários públicos de Estados e municípios desacelere nos próximos três a cinco anos.